Nº 551 • ANO XLIX
MAIO 2020 • MENSAL • €1,50

# Revista da ARMADA

## NAVIOS DE PATROLHA OCEÂNICOS

A UTILIDADE DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

O NOVO REGULAMENTO DE UNIFORMES

MUSEU DO FUZILEIRO

Academia de Marinha

# Magalhães e Elcano

## e a exploração das "Pacíficas às Índicas águas"

CALL FOR PAPERS

MAIS INFORMAÇÕES NA PÁGINA 34

## II Simpósio de História do Oriente

## 17 e 18 de Novembro de 2020

Marinha

MAGALHAES

# SUMÁRIO


02 II Simpósio de História do Oriente

04 Strategia (57)

08 Operação SEA GUARDIAN 20

10 NRP *Sagres*. Da Circum-Navegação ao périplo pelo Atlântico

14 D. João de Castro. Um vulto da nossa História – 2ª Parte

17 Navios de Patrulha Oceânicos – Parte I

21 Os Estados Unidos da América e a estratégia no Pacífico – 3ª Parte

22 O estado de emergência. O tratamento constitucional da excepção – Parte I

24 Cadetes da Escola Naval descem o Rio Minho

26 Academia de Marinha

30 Estórias (59)

31 Saúde para Todos (75)

32 Desporto

33 Quarto de Folga

34 Notícias Pessoais / II Simpósio de História do Oriente

35 Concurso de Fotografia

CC Naus de Pedra em Lisboa



A UTILIDADE DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO 6

12 O NOVO REGULAMENTO DE UNIFORMES DOS MILITARES DA MARINHA

MUSEU DO FUZILEIRO 27

**Capa**

Os 4 NPO já ao serviço da Marinha.


Revista da ARMADA

Publicação Oficial da Marinha
Periodicidade mensal
Nº 551 / Ano XLIX
Maio 2020

Revista anotada na ERC
Depósito Legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

**Propriedade**
Marinha Portuguesa
NIPC 600012662

**Diretor**
CALM Aníbal José Ramos Borges

**Chefe de Redação**
CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

**Redatora**
CTEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

**Secretário de Redação**
SMOR L Mário Jorge Almeida de Carvalho

**Desenho Gráfico**
ASS TEC DES Aida Cristina M.P. Faria

**Administração, Redação e Edição**
Revista da Armada – Edifício das Instalações Centrais da Marinha – Rua do Arsenal
1149-001 Lisboa – Portugal
Telef: 21 159 32 54

**Estatuto Editorial**
www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/revista-armada.aspx

**E-mail da Revista da Armada**
revista.armada@marinha.pt
ra.sec@marinha.pt

**Paginação eletrónica e produção**
Página Ímpar, Lda.
Estrada de Benfica, 317 - 1 Fte
1500-074 Lisboa

**Tiragem média mensal:**
3800 exemplares

Stratɛgia 57

# *DAESH* 2.0

*Combates para a recaptura de Mosul.*

O terrorismo é camaleónico e tem a capacidade de se reinventar, com novas formas de organização e de manifestação. Mesmo neste quadro, o surgimento, em junho de 2014, do autodenominado *Estado Islâmico*, também conhecido como *Daesh*, representou um verdadeiro choque estratégico, com enorme impacto global.

Agora que o *Daesh* se procura adaptar às novas circunstâncias decorrentes da perda de território e do seu líder al-Baghdadi, justifica-se relembrar um pouco da história deste movimento.

## 1ª FASE: PRÉ-*DAESH*

O grupo que veio a ser conhecido como *Daesh* apareceu no Iraque, após a invasão norte-americana de 2003. Nessa altura, al-Zarqawi emergiu como o líder das forças jihadistas no país e o grupo insurgente por si liderado juntou-se à *Al-Qaeda*, de Bin Laden, em 2004, passando a denominar-se *Al-Qaeda no Iraque*. Em 2006, al-Zarqawi foi morto num ataque seletivo perpetrado pelos EUA e o grupo passou por dificuldades que levaram ao seu quase desaparecimento, até que, em 2010, Abu Bakr al-Baghdadi ascendeu a líder, conferindo uma nova dinâmica ao grupo. Com a guerra civil na Síria (iniciada em 2011), este começou a conquistar território e, em 2013, mudou a sua designação para *Estado Islâmico do Iraque e da Síria (Islamic State of Iraq and Syria* – ISIS). Em janeiro de 2014, o grupo ocupou Raqqa, na Síria, que passou a ser a sua capital e, a partir daí, conquistou cidade após cidade, incluindo Mosul, no Iraque. E foi exatamente nessa cidade que, em junho de 2014, al-Baghdadi anunciou a criação de um califado, tendo, também, comunicado que este se designava *Estado Islâmico*.

## 2ª FASE: *DAESH* 1.0

Iniciou-se, assim, a primeira fase do *Daesh* propriamente dito, caracterizada pela posse de território, cuja área chegou a atingir cerca de 90.000 km$^2$ (aproximadamente, a área de Portugal) e onde chegaram a viver cerca de 7,7 milhões de pessoas. O *Daesh* criou, então, aquilo que Loretta Napolioni designa (no seu livro *Modern Jihad – Tracing the Dollars Behind the Terror Networks*) como um "estado-concha" ("*state-shell*"), *i.e.*, uma entidade estatal "*de facto*", constituída em torno de uma economia de guerra gerida por um grupo insurgente, em que a participação política da população é proibida ou residual.

Contudo, o "estado-concha" não evidencia todos os pilares de um Estado moderno. Efetivamente, Christopher Pierson defende, no seu livro *Modern State*, que um Estado moderno possui nove características principais. Destas, o califado do *Daesh* possuía quatro: monopólio do uso da violência, territorialidade, burocracia pública e cobrança de impostos. As restantes cinco características – soberania, constitucionalidade, primado da lei, exercício legítimo da autoridade e cidadania – estavam ausentes do território governado pelo *Daesh*.

Foi, também, nesta altura que o mundo foi confrontado com a extrema violência do grupo, que começou a propagar o medo, divulgando vídeos de execuções sumárias de ocidentais, a maior parte dos quais jornalistas. Além disso, os membros do grupo – que chegaram a incluir mais de 40.000 combatentes estrangeiros (*foreign fighters*), provenientes de mais de 100 países – exerceram violência gratuita sobre as populações, fizeram escravas sexuais, perseguiram Católicos e Yazidis, e destruíram obras arquitetónicas únicas, como na cidade de Palmira. A partir de 2015, o *Daesh* começou a exportar o terror para todo o mundo, inspirando ataques terroristas de grande repercussão. A Europa não escapou a esta espiral de violência, como foi testemunhado por parisienses, londrinos ou bruxelenses, entre outros.

Além disso, nesta fase, mais de 40 organizações subversivas espalhadas pelo mundo declararam a sua fidelidade ao *Daesh*, muitas delas constituindo-se como províncias do *Estado Islâmico*, designadamente o *Boko Haram* (na Nigéria), o *Abu Sayyaf* (nas Filipinas), a *Província do Sinai do Estado Islâmico* (no Egipto), o *Estado Islâmico da Líbia* e o *Estado Islâmico do Afeganistão*.

Entretanto, a partir de 2016, graças aos esforços militares de uma coligação bastante alargada, o autodenominado *Estado Islâmico* começou a perder território, incluindo cidades importantes como Mosul, no Iraque, em meados de 2017, e Raqqa, na Síria, em outubro de 2017. Os esforços denodados dessa coligação internacional levaram à recaptura, em dezembro de 2017, de todo o território do Iraque que estava na sua posse. Na Síria, devido à enorme instabilidade decorrente da guerra civil, a recuperação foi mais demorada, mas, em março de 2019, todo o território sob controlo do *Daesh* foi recapturado.

*Mosul após a recaptura em meados de 2017.*

## 3ª FASE: *DAESH* 2.0

A partir de março de 2019, entra-se numa nova fase do *Daesh*, em que o califado passa a ser virtual, com a internet a ser usada de forma bastante habilidosa para recrutar combatentes estrangeiros, espalhar influência e doutrinar lobos solitários. Persiste, também, a rede de grupos militantes afiliados ou *proxies*, que mantém o alcance global do autodenominado Estado Islâmico. Neste quadro, impõe-se uma referência ao ramo do *Daesh* em Moçambique, muito ativo nos últimos tempos. Efetivamente, desde outubro de 2017 que a província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, é aterrorizada pelo grupo *Ansar al-Sunna*. Entretanto, criou-se na República Democrática do Congo a *Província da África Central do Estado Islâmico* e, em maio de 2019, o grupo moçambicano juntou-se-lhe, passando a constituir o *Batalhão de Moçambique da Província da África Central*. Como tem sido divulgado pela comunicação social, o grupo tem provocado uma instabilidade fortíssima em Cabo Delgado, contando já mais de 700 mortos, incluindo trabalhadores estrangeiros das explorações de gás existentes na província.

Voltando ao grupo principal, em 27 de outubro, al-Baghdadi, o líder carismático, suicida-se, após ser encurralado numa operação conduzida pelas forças especiais norte-americanas. Quatro dias depois, em 31 de outubro, al-Qurashi é designado como novo líder. Na fase atual, a atividade do *Daesh* pode dividir-se em três grandes vetores: continuação de ações subversivas no Iraque e na Síria; manutenção da rede global de províncias do *Daesh*; e aliciamento de lobos solitários espalhados por todo o mundo, disponíveis para abraçar o culto do califado e extravasar a sua revolta contra os países onde se encontram, com os quais não se identificam.

Apesar da recuperação do território controlado no Iraque e na Síria ter constituído um rude golpe para o *Daesh*, estes grupos têm uma enorme capacidade de regeneração, tal como aconteceu após a morte de al-Zarqawi em 2006, em que a organização se reergueu sob a liderança de al-Baghdadi. Até porque o *Daesh* é, essencialmente, uma ideologia e é muito mais difícil combater uma ideologia do que um terrorista. Além disso, a libertação, no final de 2019, dos *jihadistas* que estavam em campos de detenção geridos pelos curdos, após a ofensiva turca no Nordeste da Síria, e, sobretudo, a desordem política e social que sobrevirá em muitos estados frágeis na sequência da pandemia do COVID-19 poderão contribuir para a recomposição da organização, da mesma maneira que o caos no Iraque, em 2003, e na Síria, em 2011, favoreceram muito o seu crescimento.

## CONTRIBUTOS PARA UMA ESTRATÉGIA ABRANGENTE

Neste quadro e com a perfeita noção da extrema complexidade dos fenómenos por detrás dos métodos terroristas, não gostaria deixar de referir, de forma completamente despretensiosa, algumas medidas que poderão contribuir para as tentativas de controlar o terrorismo e de mitigar as suas consequências – tendo por certo que é extraordinariamente difícil erradicar esta ameaça.

Assim, será importante que os países mais desenvolvidos ajudem a fortalecer as instituições dos países mais desfavorecidos, de onde provêm muitos dos elementos que engrossam as fileiras do terrorismo islâmico. Isso terá que passar por reforçar uma presença construtiva, (re)estabelecer parcerias e fortalecer a governança e as instituições. Tal deverá incluir melhoria dos serviços administrativos, reformas no setor da justiça e do apoio social, bem como treino e capacitação das forças armadas, das polícias e dos serviços de informações. Isto enquadra-se nas teorias do norte-americano Thomas Barnett sobre o *Pentagon's New Map*, que divide o mundo em duas partes: o "*functioning core*", que se pode traduzir pelo "núcleo empreendedor", e o "*non-integrating gap*", que pode traduzir-se por "espaço da exclusão". Neste enquadramento, Barnett advoga que os países do "núcleo empreendedor" devem ajudar a fortalecer as instituições dos países do "espaço da exclusão", estabelecendo parcerias e assumindo uma presença construtiva. Ou seja, o "núcleo empreendedor" deve exportar governabilidade, organização e segurança para o "espaço da exclusão", para que não seja este a exportar o seu sofrimento e as suas misérias para o "núcleo empreendedor", sob a forma de terrorismo, de migrantes irregulares e de outras perturbações da ordem internacional. Isto é bem mais fácil de escrever do que de fazer, mas essa será a melhor forma de trazer esses países para níveis de desenvolvimento que dificultem o recrutamento de elementos dominados por sentimentos de desespero e orfandade.

No entanto, como o apelo do radicalismo também se tem feito sentir (e muito!) junto de jovens ocidentais, será também necessário que o Ocidente reforce as suas políticas de integração social, de educação, de promoção do emprego e de erradicação da pobreza, em particular junto das comunidades imigrantes, marginalizadas ou automarginalizadas, para garantir que os valores integradores da cidadania democrática são transmitidos a todos os cidadãos, evitando que alguns deles se sintam desenraizados e cedam ao "canto da sereia" de narrativas revanchistas ligadas ao radicalismo.

Outro aspeto que não deve ser negligenciado, consiste na necessidade imperativa de travar de vez os canais de financiamento do autodenominado *Estado Islâmico*.

Finalmente e porque esta é uma verdadeira *guerra de ideias*, afigura-se importante promover líderes islâmicos moderados que retirem espaço ao radicalismo, como, de alguma forma, foi feito durante a guerra fria, em que o ocidente apoiou dissidentes comunistas como Aleksandr Solzhenitsyn, Andrei Sakharov ou Vaclav Havel.

***Sardinha Monteiro***
*CMG*

DR

# A UTILIDADE DO PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

Todos os actores sociais, sejam países, organizações ou pessoas, querendo melhorar a sua situação actual, estabelecem futuros desejados, que são traduzidos por interesses de desenvolvimento, relacionados com bens que pretendem obter ou incrementar, e interesses de segurança, relativos a bens que pretendem proteger ou salvaguardar. Para as pessoas, podemos hierarquizar estes interesses em: vitais, ligados ao acesso ao ar, à água, à comida e ao repouso; importantes, respeitantes ao abrigo, à estabilidade e à ligação social; assessórios, associados ao prestígio e à realização.

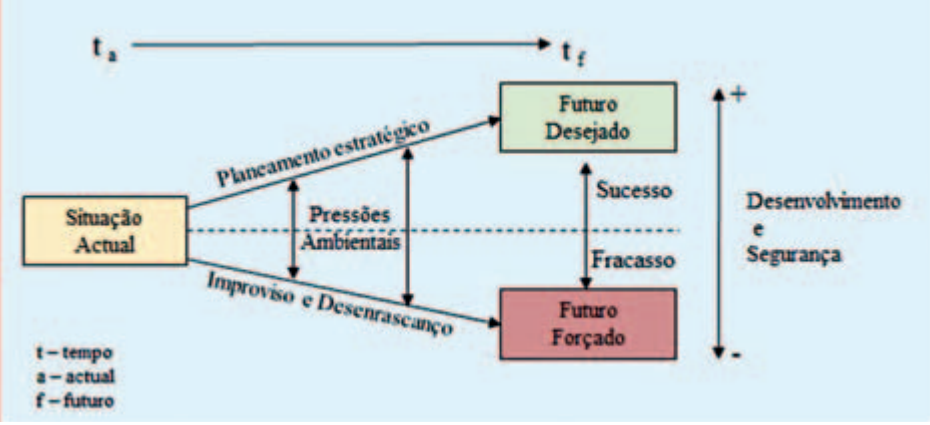
Para a concretização dos interesses de desenvolvimento, cada actor social necessita de planear, deliberadamente e com flexibilidade, o que fazer e como fazer de forma adequada, exequível e aceitável. Nesse sentido, formula medidas e operacionaliza acções, segundo as disciplinas de planeamento genético (ou logístico), estrutural (ou organizacional) e operacional. Em cada uma dessas disciplinas articula os factores de decisão, isto é, os objectivos a alcançar, com os meios a empregar, no ambiente onde agir e no tempo para operar. A intensidade do esforço que cada actor admite imprimir nas acções necessárias à concretização dos seus interesses, aumenta com a relevância hierárquica destes. O grau em que cada actor social concretiza os seus interesses, depende da eficácia e eficiência do planeamento, e é traduzido pela progressão da situação do actor social, no sentido do futuro desejado ou do futuro forçado (ou não planeado).

No planeamento do que fazer e como fazer para concretizar os interesses de desenvolvimento, cada actor social deve ter em consideração se, no ambiente em que vai agir, prevalecem os processos:

- Conjuntivos, nos quais os actores sociais, por terem interesses compatíveis, se encontram em harmonia e, por isso, estabelecem relações de cooperação, de acomodação ou de assimilação, típicas das situações consensuais;
- Disjuntivos, nos quais os actores sociais, por terem interesses incompatíveis, se encontram em desacordo e, por isso, estabelecem relações de competição, de oposição ou de conflito, típicas das situações estratégicas.

Quando, no âmbito das situações estratégicas, um actor social vê afectada a sua condição de segurança, isto é, a forma, mais ou menos tranquila, como pode concretizar os seus interesses de desenvolvimento, necessita de planear estrategicamente o que fazer e como fazer, para proteger esses interesses das ameaças existentes no ambiente em que opera. Para isso, formula medidas e operacionaliza acções estratégicas, articulando os factores de decisão, segundo as disciplinas de planeamento, no âmbito de planos de acção estratégica, de forma a que, pelo emprego das potencialidades e a salvaguarda das vulnerabilidades características do seu ambiente interno, possa explorar as oportunidades e superar as ameaças existentes no seu ambiente externo. Surgem, assim, os interesses de segurança desse actor social, cuja consecução é determinante para o grau de concretização dos seus interesses de desenvolvimento.

O planeamento estratégico é decisivo para a progressão de um actor social, entre a situação actual e o futuro desejado, num determinado intervalo temporal ($t_a$, $t_f$). Todavia, quando este actor social não possui, em níveis apropriados, culturas de



planeamento e de estratégia, aquilo que se verifica é que a concretização dos seus interesses de desenvolvimento e de segurança é tentada, sobretudo, à custa da adopção *do improviso como estado de espírito e do desenrascanço como atitude*! Esta forma simplista, mas muito comum, de pensar no que fazer e de operar o como fazer, leva a que, sob o efeito das pressões ambientais, seja baixo o grau de concretização daqueles interesses, o que leva um actor social a progredir da situação actual para um futuro forçado, quase sempre com menos desenvolvimento e segurança.

Estando o improviso e o desenrascanço tão generalizados na maioria dos actores sociais, importa referir que não são uma fatalidade intransponível e perene na sua vida, desde que, de forma estruturada e articulada, os governos promovam: o ensino, nos diferentes níveis de escolaridade e com distintos graus de complexidade, das regras básicas e das técnicas do planeamento estratégico aplicáveis a todas as actividades humanas; a utilização, na resolução dos problemas de desenvolvimento e de segurança que confrontam todo e qualquer actor social, do método científico do planeamento estratégico, a seguir enunciado, nas suas quatro fases.

Na **1ª fase analisa-se o ambiente**. Para isso, consideram-se os principais factores dos ambientes externo e interno do actor social. A etapa de análise do ambiente externo visa identificar ameaças e oportunidades. Pode ser feita, relativamente ao ambiente global externo, com recurso a várias ferramentas, como a análise PESTAL, que considera os factores políticos, económicos, sociais, tecnológicos, ambientais e legais, que, no tempo presente, devem dar relevância aos aspectos éticos e demográficos. São factores gerais que, embora não afectem directamente as actividades de curto prazo do actor social, podem, e normalmente conseguem, influenciar as decisões de longo prazo. Esta análise considera, ainda, no ambiente tarefa externo, os principais actores com quem se interage, isto é, os que afectam directamente, ou são afectados, pelas nossas actividades. A análise ao ambiente interno visa identificar as potencialidades e as vulnerabilidades do actor social. Pode ser feita recorrendo a ferramentas que consideram a estrutura, a cultura e os recursos característicos de cada actor social, factores sobre os quais não existe um controlo de curto prazo, embora confiram forma ao contexto interno, no qual as acções estratégicas são realizadas.

Na **2ª fase formulam-se as medidas**. Para isso, desenvolvem-se os planos de longo prazo, destinados à gestão efectiva das ameaças e oportunidades do ambiente externo, face às potencialidades e vulnerabilidades do actor social. Esta fase inclui as etapas de definição/revisão da missão, de identificação dos objectivos, de elaboração do plano de acção estratégica e da definição das políticas sectoriais. Estas aplicam-se, sobretudo, a organizações ou países e consistem em orientações para a tomada de decisão e alinhamento, a todos os níveis da estrutura do actor social, ligando a formulação à operacionalização da estratégia.

Para que, pela aplicação do método científico do planeamento estratégico à resolução de problemas de desenvolvimento e de segurança que confrontam todo e qualquer actor social, se obtenham os resultados mais eficazes e eficientes, importa que o planeador estratégico esteja dotado de dois tipos de competências essenciais que, ao proporcionarem arte ao processo de planeamento, conferem genialidade à análise do ambiente, à formulação das medidas, à operacionalização das acções e à avaliação dos resultados. São elas: as competências técnicas associadas à gestão e à liderança, que garantem o estabelecimento do rumo, o planeamento, a organização, o alinhamento, a direcção, a motivação e o controlo; as competências comportamentais resultantes da prática, como a inteligência emocional, a capacidade de adaptação e de trabalho em equipa, que exercitam a gestão e a liderança, ao mesmo tempo que facultam o conhecimento do passado, desenvolvem processos e permitem divulgar os conhecimentos. Se as competências comportamentais só se adquirem e incrementam pelo exercício de funções, as competências técnicas de gestão e de liderança podem ser obtidas e desenvolvidas através do ensino e da aprendizagem. Como tal, devem fazer parte dos currículos de quem estuda planeamento estratégico.

Na **3ª fase operacionalizam-se as acções**. Para isso, põem-se em prática o plano de acção estratégica e as políticas sectoriais, através das etapas do desenvolvimento de iniciativas (programas, projectos ou actividades) de orçamentos e de procedimentos. Estes são sistemas sequenciais de passos ou técnicas, que desenvolvem, em detalhe, como deve ser feita uma determinada tarefa ou trabalho, no âmbito da execução das iniciativas.

Na **4ª fase avaliam-se os resultados**. Para isso, monitorizam-se as iniciativas e controlam-se os indicadores de desempenho do actor social, comparando-os com os desejados, de forma a que os decisores, a todos os níveis da estrutura do actor social, com base na informação obtida, possam tomar acções correctivas e resolver problemas, melhorando continuamente os resultados do processo estratégico. Com essa finalidade, e em simultâneo com todas as fases e etapas, existe um processo de retroacção da informação resultante do controlo, de forma a corrigir eventuais desvios da análise do ambiente, bem como dificuldades ou erros na formulação de medidas, ou na operacionalização das acções.

É pela incorporação das competências essenciais dos planeadores estratégicos, nos trabalhos de cada fase e etapa do método científico do planeamento estratégico, que resultam os melhores planos de acção estratégica para a concretização dos interesses de desenvolvimento e segurança de cada país, organização ou pessoa.

***António Silva Ribeiro***
*Almirante*

**N.R.** *O autor não adota o novo acordo ortográfico*

# OPERAÇÃO SEA GUARDIAN 20

## NRP *TRIDENTE*

A operação SEA GUARDIAN veio substituir a operação ACTIVE ENDEAVOUR devido à alteração do paradigma estratégico no Mar Mediterrâneo ao longo dos últimos anos. A nova operação da NATO tem como objetivo principal monitorizar o panorama marítimo, mantendo-o atualizado por forma a contribuir para a dissuasão de ações terroristas e do tráfico de armas. A novel operação visa também contribuir para a liberdade de navegação, contemplando a possibilidade da realização de operações de interdição marítima e de luta contra a proliferação de armas, protegendo os interesses da NATO, garantindo um *safe and secure environment*[1].

### PARTIDA

Antes do início da faina de largada de Lisboa, foi recebida a bordo do submarino *Tridente* uma numerosa comitiva; dela constavam o Ministro da Defesa Nacional (MDN), Prof. Dr. João Gomes Cravinho, a Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes, Prof. Drª Catarina Sarmento Castro, o CEMA, ALM Mendes Calado, o VALM Comandante Naval, o CALM Nobre de Sousa, o Comte. da Esquadrilha de Subsuperfície, CMG Farinha Alves, e mais 5 elementos. Após uma breve visita ao navio, o MDN proferiu um discurso de despedida aos 33 militares que integram a sua guarnição.

Do momento da largada da Base Naval de Lisboa (BNL), no dia 13 de janeiro, até ao regresso, numa sexta-feira, 13 de março, o NRP *Tridente* cumpriu várias missões, com destaque para a participação na operação SEA GUARDIAN da NATO.

O objetivo da operação exige meios em permanência nas áreas de patrulha e nada melhor que um submarino para realizar patrulhas de forma discreta, sem alterar o meio ambiente. Este meio naval pode assim contribuir para a missão sem ser visto, criando a possibilidade da observação e relato de atos ilegais em flagrante delito, bem como da passagem de informação em tempo real para que possam ser ativados os meios capazes de atuar em tempo, por forma a contrariar essas ações ilegais.

### DUAS PATRULHAS NO MAR MEDITERRÂNEO

Após o desembarque da comitiva, o *Tridente* seguiu viagem. Iriam ser os primeiros dias sem acesso à luz solar, à *internet*, à televisão e a comunicações pessoais via telemóvel; porém todos iam animados com uma alma grande, uma enorme vontade de bem-fazer e cientes de que os sacrifícios inerentes à condição submarinista são necessários para que se cumpra o objetivo primordial e talvez mais importante da arma submarina – navegar de forma invisível, observando sem ser observado.

Por forma a garantir um elevado padrão de prontidão e a qualidade da equipa de operações na recolha de informação, os 33 elementos da guarnição efetuaram 4 dias de Plano de Treino Específico durante o trânsito para a área de operações. Nesse período temporal ocorre um marco relevante desta missão – a passagem pelo Estreito de Gibraltar, *chokepoint*[2] que separa o Oceano Atlântico do Mar Mediterrâneo.

O submarino passou então a operar sob o controlo operacional do COMSUBNATO[3] e dirigiu-se às áreas de patrulha por este determinadas. Utilizando em pleno as capacidades do submarino, dava-se início à contribuição para a missão: durante a primeira patrulha foram observados mais de 1200 contactos e foi recolhida informação operacional geral de interesse NATO.

No término do primeiro período de patrulha, o *Tridente* atracou no porto de Cagliari, na ilha da Sardenha. Tempo para preparar

o navio para a sua próxima patrulha, abastecendo-o de combustível, água e comida e proporcionando à guarnição o "carregar das suas baterias" – repondo assim o descanso, a concentração, a motivação e elevando os índices de prontidão para mais uma patrulha a efetuar num regime intenso e exigente de bordadas[4].

Na segunda patrulha o navio participou em simultâneo nas operações SEA GUARDIAN e SOPHIA[5] (da EUNAVFOR MED, força naval da União Europeia). A Operação SOPHIA, para além do apoio do Conselho Europeu (no âmbito da sua PESC[6]), conta também com o apoio das Nações Unidas através da Resolução 2240 (2015) do seu Conselho de Segurança. O objetivo da missão SOPHIA é "contribuir para o desmantelamento do modelo de negócio das redes de introdução clandestina de migrantes e tráfico de pessoas na zona sul do Mediterrâneo Central". Nesta patrulha foram observados mais de 850 contactos.

## TREINO DE ESCAPE

A chegada ao porto de Cartagena[7] marca o fim da contribuição do submarino *Tridente* para a operação SEA GUARDIAN. Porém "a missão só acaba com cabos passados no Alfeite[8]". Havia ainda "desafios" pela frente, antes da chegada a Lisboa.

Pela primeira vez na história dos submarinos em Portugal, foi realizado na Base Naval de Cartagena, na manhã do dia 5 de março, o exercício ESCAPEX. Este exercício consiste na simulação de um submarino acidentado assente no fundo do mar, onde, consoante a profundidade a que se encontra o submarino, é realizada uma das duas manobras de escape possível do nosso submarino, desta feita a "ascensão livre".

Neste exercício de treino, um único fator não foi real – o submarino estar acidentado. O *Tridente* entrou em imersão dentro da bacia de manobra da Base Naval de Cartagena, ficando assente no fundo a uma profundidade de cerca de 12 metros. De seguida, três militares da Esquadrilha de Subsuperfície realizaram o escape, em segurança e com o auxílio de um mergulhador da Marinha Portuguesa que ficou dentro do tronco com cada um dos elementos que ia escapar. No exterior encontravam-se em prontidão quatro mergulhadores da Marinha Real de Espanha, uma equipa médica munida de câmara hiperbárica portátil e uma ambulância, caso fossem necessários.

Este exercício, inédito na história da Marinha Portuguesa, veio aumentar o adestramento da guarnição do *Tridente* nos procedimentos de ascensão livre – um procedimento que um submarinista espera que nunca ocorra durante a sua missão.

**ESCAPE LIVRE**

Há que, primeiro, vestir o fato de escape, um fato desenhado especialmente para os submarinistas que, para além de ter flutuabilidade positiva e permitir a resistência às condições meteorológicas e oceânicas exteriores, contém uma balsa individual e possibilita a criação de uma bolha de ar em redor do tronco superior e cabeça do militar, para que este possa respirar durante o escape e para que regresse à superfície o mais rápido possível.

Uma vez entrado no tronco de escape, o militar enche o fato com ar, após o que é fechada a escotilha inferior. De seguida é alagado o tronco, abrindo uma válvula de acesso ao exterior e mantendo outra válvula aberta – a de purga, para que o ar possa sair enquanto o tronco é alagado.

Com o tronco praticamente alagado, é fechada a válvula de purga e é iniciada a fase de equilíbrio, na qual o militar, dentro do tronco, passa a estar sujeito à pressão exterior. Esta é uma das fases mais delicadas e perigosas deste processo. Com o equilíbrio alcançado – ficando o tronco e o militar no seu interior à mesma pressão que o exterior (pressões iguais) – é destravada a escotilha superior.

O pouco ar ainda existente no tronco e a bolsa de ar do fato do militar forçam a abertura da escotilha superior e o militar sai rapidamente do tronco em direção à superfície. Para que não seja causada embolia, o militar deverá cumprir o trajeto de subida expirando de forma contínua. Tal procedimento vai permitir a expansão do ar existente nos pulmões à medida que a pressão diminui.

## ALX 20 E REGRESSO

Os militares do *Tridente* não podiam sair de Cartagena mais orgulhosos com o feito alcançado – tinham feito "história". Mas antes de se rumar à pátria e logo avistar o Cristo Rei pelo periscópio (força de expressão, já que a entrada da barra é feita à superfície), havia ainda pela frente outro desafio – o exercício ALCÂNTARA 20 (ALX 20).

O ALX 20, realizado nas águas atlânticas, contou também com a participação da fragata *Álvares Cabral* e da fragata marroquina *Mohammed VI* (ver RA Nº 550) e consistiu no treino da interoperabilidade entre os meios portugueses e marroquinos. Envolveu a realização de exercícios nas áreas da navegação, de comunicações, de guerra antiaérea, de guerra de superfície e de guerra antissubmarina.

Após se despedir das duas fragatas, o *Tridente* seguiu rumo a casa. Ao atracar na BNL, totalizava 1140 horas de navegação, 1100 das quais passadas em imersão. Para além da saudade e do desejo de voltar aos braços das suas famílias e entes queridos, era possível observar, no olhar da sua guarnição, o orgulho por terem contribuído, todos os dias, com zelo, aptidão e honradez, para que Portugal use o Mar e, acima de tudo, um sentimento enorme de missão cumprida.

*Colaboração da* ***ESQUADRILHA DE SUBSUPERFÍCIE***

Notas

[1] Terminologia usada pela NATO.

[2] Estrangulamento de vias vitais de trânsito marítimo, sem alternativas próximas (ou inexistentes).

[3] *Commander of Submarines* NATO.

[4] Regime contínuo (durante todo o período no mar) de turnos alternados de 6 horas de trabalho e 6 horas de descanso,

[5] Tem fim previsto para abril, sendo substituída pela Operação IRENE.

[6] Política Externa e de Segurança Comum (PESC) que abrange todos os domínios da política externa, bem como a segurança da União Europeia.

[7] Porto bem conhecido pelos submarinistas, por ser onde se localiza a base de submarinos espanhola.

[8] Gíria naval.

# NRP *SAGRES*

## DA CIRCUM-NAVEGAÇÃO AO PÉRIPLO PELO ATLÂNTICO

O desfecho desta missão, para já interrompida com intenções de retoma, era de todo improvável! Já com um novo objetivo para a missão, o NRP *Sagres* encontra-se a navegar de regresso à Base Naval de Lisboa (BNL). Porém, desde que largou de Buenos Aires, teve um longo caminho de histórias e peripécias para partilhar.

### A TRAVESSIA DO ATLÂNTICO SUL

A travessia do Atlântico Sul contou com uma tirada de 3850 milhas, navegando-se entre os paralelos 35 e 40° de latitude Sul. O NRP *Sagres* largou de Buenos Aires no dia 3 de março, com dois elementos adicionais à sua guarnição. Um jovem oficial da Marinha da Argentina que, à semelhança dos oficiais da Guarda Costeira de Cabo Verde e da Marinha do Brasil (que fizeram o trânsito da Praia para o Rio de Janeiro), contribui para o estreitamento das relações bilaterais entre a Marinha Portuguesa e as diversas Marinhas estrangeiras. Além desse elemento, está embarcado um investigador do INESCTEC, da Universidade do Porto, colaborador do projeto SAIL.

Rumo à Cidade do Cabo, velejou-se à vela, à máquina (quando o vento está tão fraco e o "mar de azeite") ou utilizando ambos os sistemas de propulsão, em função das condições meteorológicas. Paralelamente, o dia a dia foi sendo preenchido pelas rotinas de bordo e por ações de manutenção.

Um dos grandes privilégios de andar no mar é poder assistir e presenciar a vida animal no seu estado mais puro, e no seu meio natural. Em pleno Atlântico Sul, houve a oportunidade de avistar diversos albatrozes, fáceis de identificar pelo seu porte grandioso, pela forma do seu bico e pela sua enorme envergadura de asa. Outros exemplos de vida marinha são os comuns golfinhos, as distintas baleias piloto, os divertidos peixes voadores e diversas espécies de aves marinhas.

### O LOCAL MAIS ISOLADO DO MUNDO ILHAS TRISTÃO DA CUNHA

No cumprimento de mais uma tirada, deixou-se por bombordo o Arquipélago Tristão da Cunha, constituído por três pequenas ilhas. Descobertas por um português que lhes deu o nome, são agora solo inglês. A pequena ilha de Tristão da Cunha, a única habitada das três, é o local "civilizado" mais remoto do mundo.

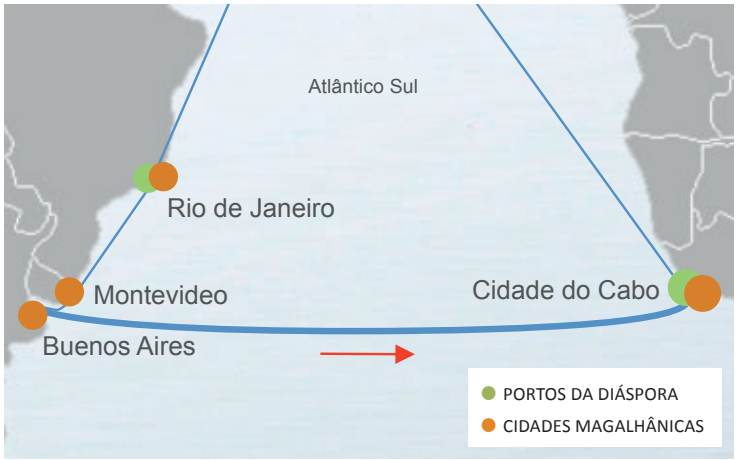
A passagem por essas ilhas fez, também, pensar na longínqua localização. Realmente, e não sendo zona de grandes rotas comerciais, os contactos com outros navios durante aqueles dias de navegação eram muito escassos.

Rapidamente, o pequeno arquipélago desapareceu na alheta de bombordo. Ficará na memória o que se avistou, e a curiosidade de como será a vida naquela pequena ilha, onde apenas recentemente foi construído um pequeno aeroporto.

### EXPERIÊNCIA CIENTÍFICA

O NRP *Sagres* encontra-se a colaborar em diversos projetos de investigação científica durante esta missão; um deles, em parceria com o Instituto Hidrográfico (IH), tem a ver com a presença de plásticos e microplásticos nos oceanos. Essa presença representa um enorme impacto ambiental, colocando em causa a qualidade do ambiente marinho, a sua flora e fauna e a integridade dos ecossistemas.

Esta viagem permite efetuar colheitas de amostras em zonas remotas e raramente cruzadas por navios. É assim possível proceder à monitorização dos microplásticos, à identificação de locais de maior ocorrência deste fenómeno e das zonas de acumulação desses e de outros detritos antropogénicos, elementos fundamentais para avaliar a dimensão e dispersão deste flagelo



global, e daí partir para uma caracterização espacial da sua distribuição, percursos e destinos dos microplásticos.

Diariamente, são bombeados cerca de mil litros de água salgada, os quais são primeiramente filtrados num peneiro com 0.05mm de malha e posteriormente passados por um filtro de 0.001mm, onde ficam retidos e armazenados os microplásticos. As amostras obtidas durante a missão são devidamente conservadas a bordo e serão posteriormente analisadas nos laboratórios da Divisão de Química e Poluição do Meio Marinho do IH.

## MUDANÇA DE PLANOS E PARAGEM NA CIDADE DO CABO

À medida que decorria a navegação (de acordo com o planeado), avançava, também, com efeitos devastadores, a Pandemia COVID-19. Os Estados de Emergência estabelecidos nos portos a praticar, a inviabilidade de cumprir com os objetivos da missão, o cancelamento dos Jogos Olímpicos e o potencial risco de contágio da guarnição foram os principais fatores que levaram à difícil, mas inevitável, decisão de interromper a 4ª viagem de circum-navegação do NRP *Sagres*.

Faltavam já poucas milhas até à Cidade do Cabo. Perante o anúncio do iminente estabelecimento do Estado de Emergência na África do Sul (com a inerente paragem total dos serviços e a possibilidade de o navio ter de ficar retido por período indefinido em terras sul-africanas) e a necessidade de reabastecer o navio para prosseguir caminho até ao seu novo destino, houve que replanear a derrota e a futura logística no porto.

A tirada de 24 dias foi, propositadamente, acelerada para apenas 22 dias, e o que seria uma estadia de 5 dias em porto passou a uma curta paragem logística de pouco mais de 8 horas. O NRP *Sagres* atracou na Cidade do Cabo na manhã de dia 25 de março, e largou no mesmo dia ao final da tarde.

Ainda não existiam muitos casos de COVID-19 na África do Sul. Contudo, cientes do risco associado à elevada taxa de contágio do vírus, o contacto humano entre a guarnição e o exterior foi reduzido aos mínimos indispensáveis. Procurando agir de forma totalmente, e conscientemente, preventiva, cientes da longa tirada que o navio teria pela frente, a saúde e segurança da guarnição era o que mais importava. Assim, todo o material e mantimentos embarcados foram desinfetados por uma equipa específica, e só depois armazenados no interior do navio.

## REGRESSAR A LISBOA

Cancelaram-se os eventos protocolares, as atividades bilaterais e diplomáticas, a abertura a visitas e as atividades com os parceiros.

Agora, a *Sagres* segue para Norte, rumo à BNL. São mais de 5800 milhas da Cidade do Cabo até Lisboa. Espera-se chegar durante a primeira quinzena de maio.

Continuam os quartos, as fainas gerais de mastros e os serviços. O sentimento agridoce é inevitável. Tanto se vive o sentimento de tristeza e perda, por aquela que seria uma missão recheada de orgulho e simbolismo, como o de alívio e conforto, por reencontrar as famílias e apoiá-las neste período difícil em que se encontram.

*Colaboração do* ***COMANDO DO NRP*** **SAGRES**

# O NOVO **REGULAMENTO DE UNIFORMES** DOS MILITARES DA MARINHA

## PONTO DE SITUAÇÃO

Ao longo da história, o uniforme sempre foi reconhecido como um elemento identitário dos militares e da condição militar.

À luz do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, na sua redação atual, constitui um dever militar usar uniforme, exceto nos casos em que a lei o prive do seu uso, ou seja, expressamente determinado ou autorizado o contrário.

O mesmo estatuto impõe ainda aos militares o dever de aprumo, o qual consiste na correta apresentação pessoal, em serviço ou fora dele, nomeadamente quando se faça uso de uniforme, nos termos do Regulamento de Disciplina Militar.

Todavia, os militares têm direito, nos termos da lei, ao uso de uniformes compatíveis com o posto, classe, género ou cargo desempenhado.

Desta forma, é essencial que os uniformes da Marinha sejam modernos, atrativos e dignifiquem os militares, sem descaracterizar a histórica essência naval que identifica este ramo secular das Forças Armadas e que, ao mesmo tempo, continue a promover a imagem da Marinha, através dos seus militares, junto da sociedade.

O atual Regulamento de Uniformes dos Militares da Marinha (RUMM), aprovado pela Portaria n.º 1445-A/95, de 30 de novembro, e alterado pelas Portarias n.os 51/2000, de 9 de fevereiro, e 1425/2004, de 25 de novembro, definiu os uniformes a utilizar e os artigos que os compõem, bem como os distintivos e o uso de medalhas e condecorações.

Ao longo da vigência deste regulamento têm sido efetuados ajustes, fruto da necessidade de dar resposta aos requisitos que decorrem do desempenho das funções dos nossos militares, das atividades operacionais e da especificidade das missões, bem como à natural evolução das matérias-primas colocadas no mercado destinadas à confeção de artigos de vestuário e de calçado.

A título de exemplo, realçam-se a criação dos uniformes de trabalho das unidades navais e unidades de mergulhadores, do impermeável de embarque, do camuflado, do equipamento de vela e a extensão às praças da utilização da camisa branca de manga comprida com gravata, no uniforme 3B, e da camisa branca de manga curta, no uniforme n.º 5, entre outros.

Importa ainda destacar que, atualmente, existem cerca de 3000 artigos diferentes de uniforme na corrente de abastecimento, o que faz com que logisticamente seja muito difícil planear e concretizar as aquisições, gerir as existências e garantir a distribuição dos diferentes artigos.

## GRUPO DE TRABALHO

Nesse sentido, e perante a necessidade de rever o plano de uniformes e respetivos artigos em vigor na Marinha, foi proposta pela Comissão Permanente de Uniformes (CPU) a criação de um Grupo de Trabalho para a revisão do RUMM (GT-RUMM), a qual veio acontecer através do despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) n.º 27/19, de 5 de junho.

Este grupo de trabalho funciona na dependência do Vice-almirante Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, é chefiado pelo Chefe do Gabinete do CEMA e integra representantes de vários setores da Marinha, designadamente da Superintendência do Pessoal, através do presidente da CPU, do Estado-Maior da Armada, do Comando Naval, da Superintendência do Material, incluindo a Direção de Abastecimento, e do próprio Gabinete do CEMA.

Ao GT-RUMM foi cometida a missão de propor um ajuste aos artigos de fardamento, em função da sua natural evolução e das necessidades dos militares, bem como apresentar uma alteração ao RUMM, simplificando a sua consulta e compreensão por todos os utilizadores.

Concluídos oito meses de trabalho num projeto que a todos toca e não deixa ninguém indiferente, considera-se importante trazer ao conhecimento algumas das propostas que se deseja introduzir no novo regulamento.

## O QUE VAI ALTERAR

De referir que é feita uma distinção entre artigos de uniforme e vestuário técnico, cabendo apenas ao RUMM regulamentar os artigos que compõem os diversos uniformes.

Este princípio adotado é sustentado pela imutabilidade inerente aos uniformes, contrariamente ao que sucede com o

vestuário técnico, cujos artigos não padronizados são definidos em função da necessidade de uma tarefa específica e, como tal, são suscetíveis à obtenção da melhor resposta do mercado, quer em termos de preço, quer em termos de evolução tecnológica. Não obstante, todo o vestuário técnico será objeto de regulamentação através de despacho do Almirante CEMA, igualmente em processo de elaboração pelo GT-RUMM.

O novo regulamento passa a compreender os seguintes uniformes:

| Número do uniforme e designação | | Modalidades de utilização |
|---|---|---|
| 1 | Uniforme de grande gala | A (armado); B (desarmado) |
| 2 | Uniforme de gala | A (armado); B (desarmado) |
| 3 | Uniforme de cerimónia de tempo frio | A (armado); B (desarmado); C (camisa branca de manga comprida com gravata ou laço); D (camisa branca de manga curta) |
| 4 | Uniforme de cerimónia de tempo quente | A (armado); B (desarmado); C (camisa branca de manga curta) |
| 5 | Uniforme de serviço diário | B (unidades em terra); C (unidades navais) |
| 6 | Uniforme camuflado | B (padrão tropical); C (padrão de deserto) |

De acordo com o novo plano de uniformes evidenciam-se os principais ajustes preconizados:

- A regra de "tempo frio" e "tempo quente" cinge-se apenas aos uniformes de cerimónia;
- No uniforme n.º 2 é eliminada a jaqueta branca, passando este uniforme a estar previsto para a categoria de Sargentos;
- Com o uniforme n.º 3 passam a ser utilizados distintivos metálicos de especialização em substituição dos distintivos de fio dourado;
- Os cadetes da Escola Naval passam a usar os uniformes "3-A" e "3-B" com o mesmo corte e da mesma forma que a categoria de Oficial;
- Os uniformes "3-C" e "3-D" regulam a utilização do chamado "half blue";
- O uniforme "4-C" substitui o anterior uniforme n.º 5, i.e., utiliza-se com camisa branca de manga curta, sem o dólman, casaco ou corpete;
- O uniforme "5-B" substitui os anteriores uniformes de serviço interno (n.os 6 e 7);
- O uniforme "5-C" substitui o fato de embarque;
- Estes uniformes, "5-B" e "5-C", visualmente semelhantes, mas com especificações técnicas diferentes, são compostos por duas peças (calças e camisa) e utilizam-se com boné de pala ("cap") ou boina;
- A utilização destes uniformes contempla, em alternativa à camisa, a utilização de uma camisola de manga curta em função do conforto térmico do próprio militar;
- Ressalva-se o facto de a utilização dos uniformes de serviço diário não se cingir às instalações militares, podendo, por exemplo, um militar deslocar-se de casa para o serviço envergando este uniforme;
- Os casacos de aquecimento podem ser utilizados em qualquer altura do ano, na maioria dos uniformes;
- São eliminados do RUMM o bivaque e o panamá e deixam de ser identificadas as classes nas passadeiras passando a fazer parte integrante do distintivo de identificação a par do nome;
- São eliminadas do RUMM as luvas pretas, sendo substituídas por luvas castanhas, e as luvas de fio de escócia;
- A utilização das luvas castanhas cinge-se a cerimónias protocolares em que o seu uso esteja previsto.

*Protótipo do novo uniforme n.º 5.*

*Imagem CTEN TSN-DSG Nobre Rodrigues*

Importa ainda referir que a 1.ª distribuição dos artigos de uniforme passa a ser gratuita, nomeadamente quando da incorporação e ingresso na Marinha, sendo que, a partir desta 1.ª dotação, todos os artigos de uniforme passam a ser adquiridos mediante a comparticipação legalmente estabelecida e a validade prevista para cada um dos artigos.

## ENTRADA EM VIGOR DO NOVO RUMM

A proposta do novo regulamento, após consolidada internamente por todos os setores, ouvida a CPU e auscultadas as associações militares, será apresentada à tutela para publicação da portaria que procederá à aprovação do novo RUMM.

Assim, considera-se como data provável para a entrada em vigor do novo RUMM o dia 1 de janeiro de 2021. No entanto, é criado um período de transição de 4 anos, por forma a permitir a aquisição e disponibilização de modo faseado dos novos artigos de uniforme, durante o qual vigorarão também os artigos de uniforme do anterior RUMM.

*Colaboração do **GT-RUMM***

**ESTRUTURA DO NOVO RUMM**

Cap. I – Disposições Gerais
Cap. II – Plano de uniformes
Cap. III – Artigos de fardamento
Cap. IV – Artigos complementares dos uniformes
Cap. V – Distintivos, medalhas e condecorações
Cap. VI – Validade dos artigos e dotações de fardamento
Cap. VII – Disposições finais
Anexo I – Uniformes (tabelas descritivas)
Anexo II – Artigos de fardamento (figuras)
Anexo III – Dotações (validade)

# D. João de Castro

## UM VULTO DA NOSSA HISTÓRIA

## 2ª PARTE

Ainda recordarão que deixámos D. João de Castro a retemperar forças da sua bem-sucedida campanha de descerco de Diu, apenas manchada pela perda do seu filho mais novo, D. Fernando, prometendo retomar neste número da Revista a evocação do nosso herói, agora já no Palácio do Governador na Cidade Velha de Goa. O Vice-Rei retomou, pois, a administração do Estado Português da Índia (EPI).

### D. JOÃO DE CASTRO NO EPI

Do seu gabinete de trabalho no Palácio do Governador, na Cidade Velha de Goa, D. João de Castro conciliou as atividades de administração e político-militares, procedendo à elaboração de registos bem reveladores da imagem detalhada dos territórios e estado das estruturas do Império Português do Oriente, reflectida nas missivas endereçadas ao Reino. Esses escritos traduzem bem o seu desânimo perante a desorganização e a corrupção que aceleravam o processo de desagregação imperial, então em curso, como se poderá deduzir deste seu desabafo ao monarca: *"… É grande o número de portugueses que nestas partes andam, porque de Sofala até à China não há coisa que deles não seja trilhada; mas os que andamos em seu serviço somos poucos e mal ordenados …"*. Mais do que não aceder a essas súplicas, D. João III, cônscio da sua brilhante governação, renovar-lhe-ia a confiança, mediante a prorrogação do mandato por mais três anos, que, entretanto, a precariedade da saúde e subsequente falecimento deitariam por terra.

Invocam-se aqui as palavras do Padre António Vieira, "… *fazemos o que devemos, e a Pátria o que é costume* …"; eis um desabafo comprovado ao longo dos tempos, com mais de um bom servidor morrendo de mal com os homens e de desilusão com o Rei. Assim aconteceu também com D. João de Castro. Com ele parece culminar aquele que é tido como o período épico da história da presença portuguesa no Oriente, segundo uma abordagem social, política e militar e, se a este contexto, acrescentarmos uma perspectiva económica, poderemos diagnosticar que, logo após o seu desaparecimento, irá iniciar-se a perda dessa influência imperial. Nesse sentido, bem merece que se caracterize toda a sua governança por uma grande prudência, sentido de justiça e alheamento de intrigas, com uma política assente em dois pilares: o domínio dos mares e a manutenção de pontos estratégicos em terra, aliás, na continuidade da opção marítima prosseguida por Afonso de Albuquerque, 30 anos antes.

*In Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os portugueses no anno de 1541 partindo da nobre cidade de Goa atee Soez, que he no fim e stremidade do Mar Roxo...*

É, já enfermo e nos últimos dias de vida, que recebe a notícia da referida nomeação, por D. João III, para um novo mandato, boa nova só chegada a Goa a 22 de Maio de 1548, sem tempo, contudo, para fruir das honras e privilégios do seu elevado título e que sempre recusou em proveito dos seus homens. Viria a falecer menos de um mês depois, ao sexto dia do mês seguinte, com a consciência plena do fim perto, como o atesta uma última das suas numerosas missivas remetidas para Lisboa, ao alertar o monarca português: *"Eu confesso a Vossa Alteza que não sou já o que parti de Portugal e me vou enchendo de ferrugem e apodrecendo como as armas dos seus armazéns (...) que os trabalhos da Índia me têm gastado as carnes e os cuidados e sobressaltos de tantas e tão desvairadas cousas moído os ossos e o mau viver dos homens danado a alma".*

Estava certo no autodiagnóstico e avaliação clínica, escolhendo passar os últimos momentos, por vontade e hábito, na companhia de Francisco Xavier (1506-1552), apóstolo do Oriente e, mais tarde, canonizado. Foi sepultado na capela-mor do convento de S. Francisco, com o hábito e insígnias de cavaleiro da ordem de Cristo; em 1576, os seus restos mortais foram trasladados para o convento de S. Domingos, de Lisboa, e depois de celebradas pomposas exéquias, transferidos para a capela particular dos Castros, junto à Sala do Capítulo do claustro desse convento.

Viria a ser o seu avô a tomar nas próprias mãos o agradecimento e a homenagem que lhe eram devidos pela Nação e que outros, em seu devido tempo, nunca fizeram, pelos relevantíssimos e inolvidáveis serviços por si prestados a Portugal. Foi pela pessoa do Inquisidor Geral do Reino, D. Fernando de Castro, que em boa hora se empreendeu a edificação da Capela dos Castros, onde repousam os restos mortais do eminente 4.º Vice-Rei da Índia, numa homenagem bem merecida, porque servidor magno sem cuidar, alguma vez, de recompensa.

## A ACÇÃO ESTRATÉGICA

D. João de Castro iniciou a sua governação na Índia indagando sobre o estado do arsenal e da ribeira de Goa, bem como da frota aí estacionada, para concluir rapidamente do seu previsível "definhamento", decidindo, como primeiras e ingentes medidas, a reforma da armada, a recuperação do arsenal militar, o reforço dos sistemas defensivos das fortalezas do EPI, o aprovisionamento dos armazéns, e ainda o que hoje chamamos de planeamento e treino operacional.

Em relação ao recrutamento da soldadesca, usou o expediente do lançamento de pregão em Goa, com promessa de vencimento de soldo para quem quisesse assentar praça – o que lhe permitiu reunir algumas centenas de homens a cavalo – a que juntou um grande número de peões, numa acção própria de um grande estratego e operacional, levando a cabo uma política de sistemática integração de tropas locais no seio das estruturas militares portuguesas.

Nesse desempenho, defrontou amiúde os "vícios" de histórico alheamento do governo central (Terreiro do Paço), a condicionar muitos dos seus projectos reformadores e diminutivo do alcance da vitória militar de Diu, em virtude dos enormes problemas de liquidez financeira daí derivados... ainda mal contava as vantagens decorrentes da sua vitória em Diu, já estalavam motins por atrasos de pagamento de soldo e mantimento à revoltada soldadesca.

Apesar de tudo, uma questão persiste com toda a pertinência: como foi possível tamanha superioridade portuguesa por terras do fim do mundo? De forma superficial e breve, ensaiamos uma resposta.

O português surgiu no Índico com efectiva superioridade militar e táctica. O turco empenhava-se na guerra naval com galés que praticavam a abordagem directa do inimigo e usavam uma artilharia mínima e na coberta. Os portugueses dispunham de navios

*In Primeiro roteiro da costa da India desde Goa ate Dio: narrando a viagem que fez o Vice-Rei D.Garcia de Noronha em socorro d'esta ultima cidade 1538-1539.*

com maior facilidade de manobra em mar aberto e artilhados de ferro e bronze; eram, portanto, mais poderosos na artilharia (bombardas grossas) e praticavam o tiro rasante a partir da amurada da embarcação ou tiro de ricochete naval, mais eficaz no propósito de afundamento das embarcações inimigas. Porém, nos mares Vermelho e Pérsico, a galé tornava-se o navio mais eficaz, o que por si só, explica a dificuldade de imposição da presença portuguesa nesses espaços.

O aumento e controlo da terra, das praças-fortes ao longo do litoral e do *hinterland* a elas submetidas (estrategicamente, D. Francisco de Almeida esteve bem na consolidação dessas posições), visou, numa primeira fase, a sobrevivência e estabelecimento do EPI. Passados alguns anos, esta estratégia evoluiu para o controlo do mar visando a liberdade das rotas comerciais, contando para o efeito com o apoio de algumas bases em terra defendidas por fortalezas.

*Capela de Corpus Christi e pormenor do arcosólio de D. João de Castro, constituído por uma urna de mármore piramidal, assente sobre um par de elefantes também em mármore, apresentando muitas semelhanças com os túmulos reais no Mosteiro dos Jerónimos.*

Estas duas estratégias nunca foram antagónicas, antes subsidiárias uma da outra, com o poderio naval que visava o controlo do Índico e a defesa de costa, através do controlo dos portos mercantis (Goa e Diu, entre outros), ambas concorrendo para o desenvolvimento da arquitetura militar e o estabelecimento de fundições e fundidores. Isso acabou por ditar a supremacia portuguesa durante a 1ª metade do século XVI. As nossas bombardas acabariam por despertar para uma nova realidade os indianos, chineses e japoneses, gente até aí exígua de tais bocas-de-fogo em bronze e que, por isso, mal escondiam a curiosidade por um povo que dispunha de armamento de superior qualidade.

Em resumo, cumpria-se a postulado estratégico do nosso Padre Fernando de Oliveira (1507-1581), que recomendava na sua obra *Arte da Guerra no Mar*: "*… Tomar as terras, empedir a franqueza dellas, cativar as pessoas daquelles que não blasfemão de Jesus Crristo, nem resistem aa pregação da sua fee, quãdo com modéstia lha pregão … o mar* (que) *é muito devasso* (daí a necessidade de) … *haver armadas no mar …*".

## NOTAS FINAIS

Os portugueses foram o primeiro povo europeu a instalar-se na Índia, não sem a hostilidade por parte de vários reinos indianos e de outros potentados, oficializando o seu domínio, fortificando as feitorias e criando um estado soberano (Goa, 1512). Esses territórios sob administração portuguesa (a que se juntaram Diu, em 1535, e Damão, em 1559) tomaram a designação de *Estado Português da Índia*.

Durante dois séculos, os vice-reis (título apenas atribuído a membros da alta nobreza e oficialmente extinto em 1774) e governadores detiveram a jurisdição sobre todas essas possessões portuguesas no Índico, incluindo Moçambique (até 1752), Macau, Solor e Timor (até 1844) e os enclaves de Nagar-Aveli e Dadrá (até 1954).

Um dos lídimos representantes dessa gesta heróica de titulares foi D. João de Castro, decerto um dos maiores vultos, quer pelo seu *curriculum* como militar e homem de ciência, quer pela sua exemplar governança como 13º Governador, por sugestão do seu grande amigo, o Infante D. Luís, junto do irmão, o Rei D. João III.

Não obstante os sucessos alcançados no Oriente, facto é que D. João de Castro aí viveu sempre na expectativa de voltar, saudoso da sua Sintra, mas que o agravamento do seu estado de saúde impediu. Viria a falecer em Goa, como sempre vivera, em esforços valorosos por dedicação ao rei e à sua Pátria… bem servindo, sem cuidar de recompensa.

Um último desabafo que é, ao mesmo tempo, uma sentida homenagem. O seu percurso é um exemplo magistral da salvaguarda das mais altas virtudes militares, da entrega pessoal ao serviço da Nação e do interesse nacional e da perseverança do investigador científico – rigoroso e metódico – na procura do conhecimento, em prol de um mundo mais culto e esclarecido. Sim, porque ele foi um emérito militar, estadista, navegador e cartógrafo, acima de tudo um humanista em antecipação ao seu tempo.

Que melhor prova de uma vida de indelével exemplaridade, do que o conteúdo desta carta enviada ao Rei, nas vésperas da sua morte, apenas aconchegado pela companhia do seu amigo jesuíta, São Francisco Xavier:

*"Não terei, senhores, pejo de vos dizer, que ao vice-rei da Índia faltam nesta doença as comodidades que acham nos hospitais o mais pobre soldado. Vim a servir, não vim a comerciar ao Oriente; a vós mesmo quis empenhar os ossos do meu filho, e empenhei os cabelos da barba, porque para vos assegurar, não tinha outras tapeçarias nem baixelas. Hoje não houve nesta casa dinheiro, com que se me comprasse uma galinha; porque nas armadas que fiz, primeiro comiam os soldados os salários do governador, que os soldos de seu rei; e não é de espantar; que esteja pobre um pai de tantos filhos. Peço-vos, que enquanto durar esta doença me ordeneis da fazenda real uma honesta despesa, e pessoa por vós determinada, que com modesta taxa me alimente".*

Como não sentir um imenso orgulho e respeito por tão nobre e distinto antepassado e insigne Português? Sem dúvida, uma das figuras mais gloriosas da nossa história.

***António Rebelo Duarte***
*VALM REF*

**N.R.** *O autor não adota o novo acordo ortográfico*

# NAVIOS DE PATRULHA OCEÂNICOS

## CONSTRUÇÃO NAVAL PORTUGUESA AO SERVIÇO DA MARINHA – PARTE I

### INTRODUÇÃO

O programa de construção dos Navios de Patrulha Oceânicos (NPO) foi motivado pela necessidade de atualização tecnológica dos navios em serviço na Marinha e tendo em conta a evolução dos requisitos operacionais que se pretende que sejam cumpridos. Estes navios vieram substituir as corvetas das classes *João Coutinho* e *Baptista de Andrade*, e ainda os patrulhas da classe *Cacine*, que foram sendo abatidos ao efetivo, estado apenas ao serviço três unidades, mas em fase final do ciclo de vida útil.

Os NPO foram projetados para satisfazer, numa única plataforma, os requisitos de uma Marinha de duplo uso, podendo ser empregues em missões de carácter militar e não militar. Em termos gerais, os NPO visam capacitar o Estado para o exercício da autoridade no mar, contribuir para a manutenção da liberdade de utilização das águas e portos nacionais e a execução de tarefas de interesse público nas áreas de jurisdição e de responsabilidade nacional, de que são exemplo as ações de busca e salvamento marítimo, patrulhamento e vigilância, prevenção e combate de atividades ilegais, lançamento de minas em campos defensivos, ou a execução de transporte de forças militares de pequena dimensão.

O programa da primeira série (NPO1S) foi contratualizado em 2002 entre o Estado Português (Estado) e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC), tendo sido construídos os NRP *Viana do Castelo* e NRP *Figueira da Foz*. Este programa foi complementado com a construção de mais dois navios, na sequência do contrato assinado entre o Estado e o Consórcio WestSea[1] Edisoft (CWSE) em 2015, o NRP *Sines* e o NRP *Setúbal*.

Este artigo visa destacar as características e a tecnologia dos NPO, salientando os aspetos inovadores do Projeto e dos navios. Nesta primeira parte do artigo aborda-se o Projeto de Engenharia, as Características e Desempenho do Navio, e a Ponte e o Apoio ao Comando e Controlo, ficando para a segunda parte do artigo a descrição do Sistema Integrado de Gestão da Plataforma, a Propulsão, a Produção e Distribuição de Energia Elétrica, a Limitação de Avarias e os Aspetos Ambientais inovadores, finalizando-se com umas Considerações Finais.

| | | | |
|---|---|---|---|
| 30 de março de 2011 | 25 de novembro de 2013 | 6 de julho de 2018 | 28 de dezembro de 2018 |

*Data de aumento dos NPO ao efetivo dos navios da Armada*

Câmara de Oficiais

Refeitório de Praças

Alojamento de Praças

## PROJETO DE ENGENHARIA

Os NPO foram projetados para cumprir missões em condições ambientais oceânicas, o que requereu o estudo extensivo da resistência estrutural, geometria do casco e arranjo interno. O programa NPO1S teve diversas fases, iniciando-se com o Projeto Conceptual, realizado pela Marinha, à qual se seguiu a fase de Projeto Básico, realizado no estaleiro alemão *Howaldtswerke-Deutsche Werft* (HDW), por subcontratação dos ENVC com os quais o Estado tinha já assinado o contrato de construção, culminando com a fase de Projeto de Detalhe realizado nos ENVC. No contexto do programa NPO2S, o projeto de engenharia foi objeto de algumas modificações ao nível do Projeto de Detalhe, principalmente por razões de obsolescência de muitos dos sistemas e equipamentos considerados no programa NPO1S, tendo esse processo sido executado pelo CWSE, a quem o Estado tinha adjudicado a construção dos dois navios.

A Marinha acompanhou e fiscalizou de perto todas as fases, quer durante o programa NPO1S, através das Missões de Acompanhamento e Fiscalização (MAF), quer durante o programa NPO2S, através da Equipa de Acompanhamento e Fiscalização (EAF).

## CARACTERÍSTICAS E DESEMPENHO DO NAVIO

Para que os NPO mantenham a sua capacidade de operação, durante toda a extensão da sua vida útil, garantiu-se o cumprimento dos critérios de resistência estrutural, estabilidade intacta e estabilidade em avaria mais rigorosos, considerando, à partida, uma margem para crescimento futuro de aproximadamente 100 toneladas. Complementarmente, as plataformas foram dimensionadas para possuir boas capacidades de manobra e de comportamento no mar. Os navios permitem manobrar em águas restritas superando largamente os critérios da *International Maritime Organization* (IMO). Para tal contribui a instalação de um impulsor de proa, o alinhamento de cada um dos veios com o leme do respetivo bordo e a existência de um patilhão.

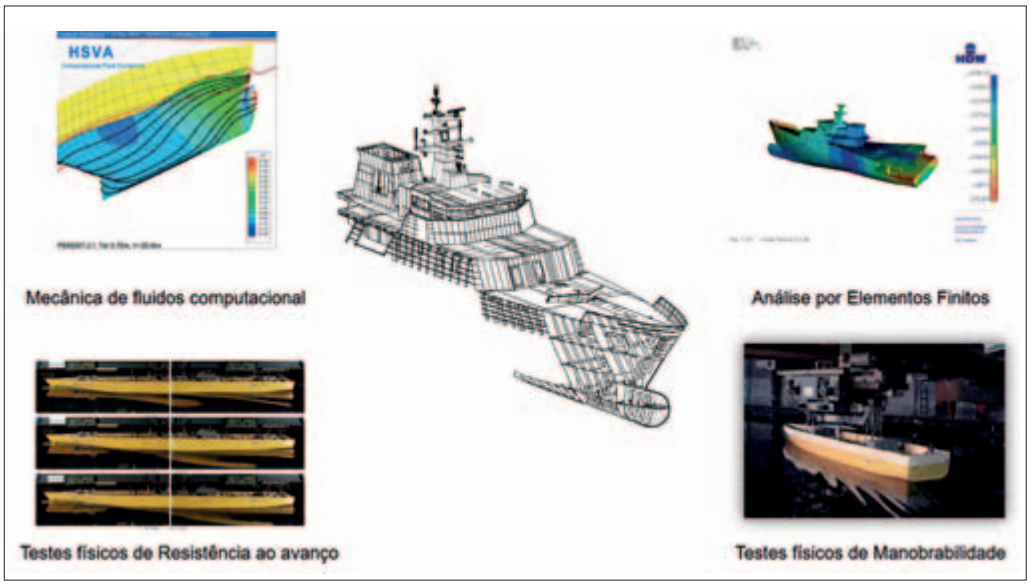
Adicionalmente, para melhorar o comportamento no mar dos NPO, foram instalados robaletes, estabilizadores ativos, um bolbo à proa e uma borda falsa no castelo, a qual impede o ingresso de água em condições de mar adversas. Por outro lado, de forma a facilitar tarefas e manobras a executar com o navio a navegar, os compartimentos e parques de manobra mais utilizados foram localizados em posições onde os movimentos do navio (acelerações associadas, quer ao movimento transversal – balanço, quer ao movimento longitudinal – cabeceio) são menores.

Para a realização das missões atribuídas aos NPO, para além do convés de voo, foram instalados diversos sensores, armamento, embarcações orgânicas e meios de movimentação de carga. Foi ainda disponibilizada uma posição dedicada para a instalação de um contentor de 20 pés (peso até 10 toneladas).

Os navios possuem dois radares de navegação, um dos quais de banda F e outro de banda I, para além de outras ajudas tais como *Electronic Chart Display and Information System* (ECDIS), *Automatic Identification System* (AIS), Piloto Automático, Sonda, entre outros. Quanto às comunicações, os NPO possuem as capacidades adequadas para transmissão e receção nas bandas de HF, VHF e UHF, de comunicações em claro e cifradas, possuindo um Sistema Integrado de Comunicações (SIC) de última geração para gerir todas as funcionalidades necessárias.

Para além da capacidade de efetuar o lançamento de minas (conjunto de calhas amovíveis), o armamento do navio é constituído pela peça de artilharia de vante, de 30 mm, duas metralhadoras pesadas a ré da Ponte e diverso armamento portátil. O navio dispõe ainda de um eletro-ótico que funciona como direção de tiro e que disponibiliza ainda capacidade de gravação (no NPO1S através de outro eletro-ótico e, no NPO2S, integrado no mesmo equipamento que se encontra instalado no mastro).

Cada um dos navios possui ainda duas embarcações semirrígidas com capacidade para atingir velocidades superiores a 35 nós e certificadas




*Elementos do Projeto de Engenharia dos NPO*

Enfermaria

Cozinha

Porão

para salvamento marítimo de acordo com o código LSA (*Life Saving Appliances*) da IMO. A manobra destas embarcações é realizada em ambos os bordos, próximo de meio-navio, através de um turco dedicado a estibordo e de uma grua extensível multifunções a bombordo, a qual permite, não só a movimentação da embarcação, como também de carga diversa.

Os NPO têm ainda a capacidade para realizar operações de voo com aeronaves do tipo Super Lynx. A estrutura do convés de voo foi dimensionada não só para os esforços de aterragem, mas também para situações de aterragem em emergência com possibilidade de colisão. Imediatamente a vante do convés de voo, com acesso direto ao mesmo, o local para instalação do contentor proporciona uma capacidade multifunção ao navio, podendo ser utilizado para a instalação de uma câmara hiperbárica, ou de um contentor de controlo/oficina de VENT (VEículos Não Tripulados).

Para permitir a execução de missões de busca e salvamento, assistência a populações civis e transporte de forças militares de reduzidas dimensões, foi instalada uma enfermaria totalmente equipada, contemplado o uso do refeitório como enfermaria de emergência (o qual possui dois acessos independentes ao exterior) e o porão como um espaço multifunções, local onde poderão ser alojados provisoriamente 45 pessoas (espaço com ventilação apropriada e independente do resto do navio).

O desempenho dos navios depende também das condições de habitabilidade de bordo, o que inclui os acessos, a facilidade de execução dos diferentes percursos, a ergonomia e o arranjo dos espaços de lazer/descanso. Os acessos foram facilitados de forma a auxiliar o trânsito de pessoal a bordo e a execução de tarefas, através da largura generosa dos corredores e da existência de troncos de escadas em substituição de escadas verticais. Adicionalmente, foram projetados caminhos de fuga para todas as zonas entre anteparas estanques, casas de máquinas e outros compartimentos de maiores dimensões. Todos os percursos de utilização habitual foram estudados, tais como o percurso do convés de voo à enfermaria e o percurso da cozinha ao refeitório, às câmaras (de Oficiais e Sargentos) e às frigoríficas (o acesso às frigorificas/paióis e à Câmara de Oficiais faz-se através de dois elevadores diferentes de forma a evitar qualquer contaminação). Os espaços de lazer foram dimensionados com padrões superiores aos definidos pela normalização da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), com alojamentos com uma densidade de ocupação relativamente baixa, em que o padrão para praças são alojamentos para 4 elementos (existe um alojamento para 2 elementos e outros dois para 6 elementos) e casas de banho individualizadas por alojamento, exceto no caso de dois alojamentos para pessoal extra guarnição (10 elementos).

### Dimensões

| | |
|---|---|
| Comprimento | 83,1 m |
| Boca máxima | 12,95 m |
| Pontal à proa | 9,6 m |
| Pontal à Popa | 6,9 m |
| Calado médio | 3,83 m |
| Deslocamento máx. | 1868 t |

### Performance

| | |
|---|---|
| Velocidade máx. | 21 nós |
| Velocidade máx. elétricos | 10 nós |
| Raio de giração mínimo | 125 m |
| Paragem de emergência | 300 m |
| Autonomia comb. (15 nós) | 14 dias |
| Autonomia víveres | 30 dias |
| Capacidade água doce | 55 t |

### Propulsão e Energia

| | |
|---|---|
| 2 Motores Diesel Wartsilla | 7,8 MW |
| 2 Motores Elétricos Prop. | 600 kW |
| 4 Grupos eletrogéneos | 1,3 MW |
| Impulsor de Proa | 250 kW |

2 Hélices de passo controlável
Estabilizadores ativos

### Capacidade

| | |
|---|---|
| Alojamento Oficiais | 9 |
| Alojamento Sargentos | 12 |
| Alojamento Praças | 46 |
| Provisório (porão) | 45 |

Enfermaria equipada

### Armamento

Peça de 30 mm Oto Mellara
Metralhadoras pesadas
Capacidade de Minagem MK55
Armamento Portátil

### Sensores

Radar Banda I
Radar Banda F
Sensor eletro-ótico

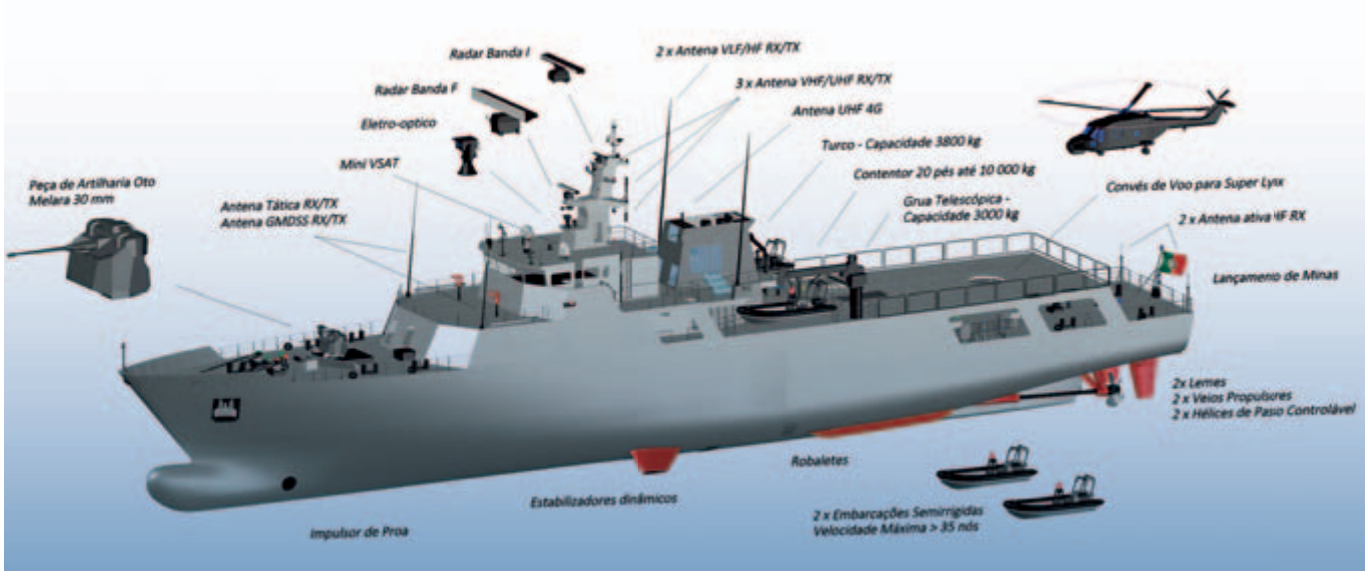
### Comando e controlo C4I

Sistema integrado Coms - SICC
Sistema Gestão da Plataforma SGP
Infraestruturas de Rede (RCM)
Comunicações HF, VHF, UHF
SATCOM Comercial

### Operações

Convés de voo para Helicóptero Super Lynx
1 Contentor 20 pés
2 Semirrígidas vel. máx. > 35 nós
1 Grua capacidade 3000 kg
1 Turco capacidade 3800 kg

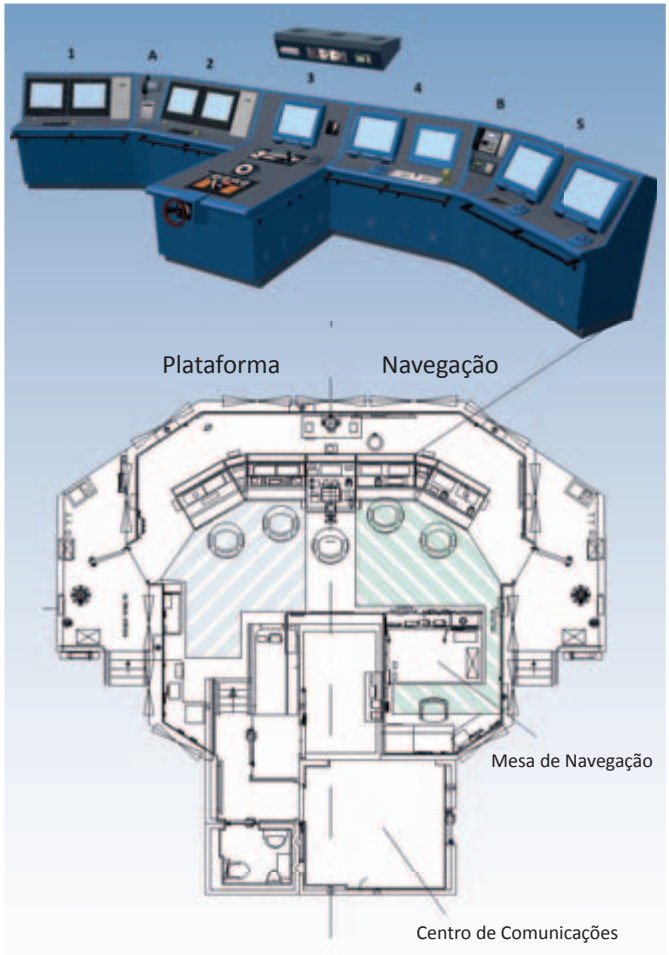
*Características gerais dos NPO*




*Capacidades dos NPO*

## A PONTE E O APOIO AO COMANDO E CONTROLO

O projeto considerou a implementação do conceito de ponte integrada, explorando o potencial da maximização da integração dos sistemas e da organização dos espaços, de forma a delimitar as áreas dedicadas aos diferentes centros de coordenação no navio. Assim, a navegar, a coordenação de todas as operações realizadas a bordo é efetuada a partir da Ponte, quer sejam ações internas, de rotina, de resolução de incidentes, ou de emergência, quer sejam ações externas, como operações de busca e salvamento, operações com outros navios, ou de fiscalização no mar. Para este efeito, a consola central da Ponte apoia duas áreas de coordenação distintas, a das ações internas (a bombordo) e a das ações externas (a estibordo).




*Ponte e respetiva consola central: 1-Consola SIGP (Limitação de Avarias, Auxiliares); 2-Consola SIGP (Propulsão); 3-Consola Central Governo (Conning, Piloto automático, Leme, Girobússola, Odómetro, Luzes navegação, Impulsor de proa, Limpa vidros, Ângulos do leme, Anemómetro, Sonda); 4-Consola Comando (Radar Banda-F, Electro ótico); 5-Consola Navegação (ECDIS, Radar Banda-I); A-Comunicações internas; B-Comunicações externas.*

A bombordo situa-se a área de apoio ao comando e controlo da Plataforma, incluindo a Propulsão, Produção e Distribuição de Energia, Sistemas Auxiliares e Sistemas de Limitação de Avarias, através do Sistema Integrado de Gestão da Plataforma (SIGP), que será desenvolvido na Parte II do artigo. A estibordo situa-se a área de apoio ao comando e controlo da ação externa, com a integração de vários subsistemas, de navegação e de vigilância, incluindo ainda diversos sensores ambientais e de posicionamento, que recolhem informação e dados, e que os disponibilizam para processamento, registo e exibição, de forma clara e amigável, através do Sistema Integrado de Navegação (SIN). É ainda a estibordo que é disponibilizada a consola de operação remota do eletro-ótico e da peça de artilharia. Esta disposição é ainda complementada, em posição central, com os sistemas necessários para o governo do navio e, em cada uma das áreas, com os componentes pertinentes para as comunicações internas (a bombordo) e externas (a estibordo).

Este arranjo possibilita que os operadores se foquem no controlo e execução das diferentes tarefas e não na interação com vários instrumentos disponibilizados separadamente, aumentando o potencial de operação com um menor número de operadores, sem que isso represente uma diminuição da coordenação e controlo da operação em curso, e propiciando o apoio à ação de comando de forma ergonómica, harmoniosa e efetiva.

*Colaboração da* ***EQUIPA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS NAVIOS DE PATRULHA OCEÂNICOS***

Nota

[1] Em 2015 a infraestrutura de construção naval em Viana do Castelo foi concessionada ao Grupo Martifer que constituiu a empresa WestSea Estaleiros Navais.

# OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A ESTRATÉGIA NO PACÍFICO

## 3ª PARTE

### CARACTERÍSTICAS DIFERENCIADORAS DAS DUAS GUERRAS MUNDIAIS

Apesar de os Estados Unidos da América (EUA) terem participado na Grande Guerra (GG) de forma vigorosa, a natureza desta participação foi muito diferente do que viria a ser o seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial (II GM). No primeiro conflito, a Marinha operou num só oceano e o Exército num só teatro de operações. No segundo, a Marinha desenvolveu operações em dois oceanos e o Exército em cinco teatros separados. Entre 1917 e 1918 não houve recontros navais de superfície, enquanto de 1941 a 1945 ocorreram cerca de 20 grandes batalhas e incontáveis recontros menores.

Os soldados americanos, na GG, foram transportados por mar e desembarcaram em portos seguros; na II GM a doutrina de guerra anfíbia teve que ser revista e desenvolvida, perante a necessidade de se efetuarem desembarques com oposição. O poder aéreo no primeiro conflito foi praticamente negligenciável, ao passo que no segundo foi um fator determinante. Da mesma forma, enquanto o couraçado, no conflito de 1917 a 1918, era ainda o navio capital e a ação artilheira de superfície era a manobra tática mais usada, no conflito de 1941 a 1945, desenvolveu-se o conceito de "força capital" cujo núcleo era o porta-aviões, com a sua escolta antissubmarina e antiaérea, havendo que desenvolver novas doutrinas operacionais.

Os EUA entraram tarde na GG e, devido à falta de preparação, tiveram que utilizar equipamento emprestado por outros países. Por esse motivo, deixaram uma impressão de boa vontade mas, simultaneamente, de grande amadorismo. Ao contrário, na II GM, os EUA tornaram-se não só no "arsenal das democracias", por terem entrado logo de início como "associados" dos aliados, mas também pela participação maciça em pessoal, em armamento, em poder naval e em poder terrestre.

### O TRATADO DE LIMITAÇÃO NAVAL DE 1922

Logo após a GG, os EUA viraram as costas à Europa, na ilusão de que o isolamento do país e o seu desarmamento levariam a uma paz duradoira sem precedentes. Um dos fatores mais relevantes para esta atitude foi a rejeição, por parte do Congresso dos EUA, em 1920, do Tratado de Versalhes e da Liga das Nações. Esta rejeição, embora tivesse na sua origem uma espécie de vingança política contra a teimosia do presidente Woodrow Wilson, era também fruto de um forte sentimento popular de frustração que resultou da Conferência de Paz de Paris. Os americanos sentiam-se traídos pelos franceses e pelos ingleses e consideravam que a adesão à Liga das Nações levaria o país a entrar em outros conflitos contrários aos interesses nacionais.

Devotado à nobre ideia de uma paz mundial duradoira, o presidente Warren Gamaliel Harding, eleito em 1920, sentiu-se na obrigação de fazer algo que mostrasse ao mundo essa mesma vocação dos EUA. Assim, logo em 1920, é anunciada a criação de um *forum* designado por "Naval Arms Limitation Conference", que reuniria as cinco grandes potências mundiais (Grã-Bretanha, EUA, Japão, França e Itália), para negociar a limitação de armamentos, em particular para limitar a construção de mais navios.

Esta conferência reuniu-se pela primeira vez em Washington, a 12 de novembro de 1921, e abriu com os EUA a proporem a demolição de uma grande parte da tonelagem de navios de guerra da esquadra americana, exigindo em contrapartida que os outros países deixassem de construir mais navios. A proposta foi considerada indecorosa pelos outros delegados, pois consideravam que os EUA tinham uma capacidade industrial superior e que podiam, em caso de necessidade, voltar rapidamente a construir navios. Os acordos alcançados nesta conferência vieram a ser confirmados no tratado assinado a 6 de fevereiro de 1922, em Washington. Este tratado estabelecia que a Grã-Bretanha e os EUA podiam construir 5 navios capitais cada e o Japão 3: a famosa regra de 5:5:3. A França e a Itália apenas poderiam construir navios capitais daí a 10 anos, com a limitação de a construção, no total, não ultrapassar as 35.000 toneladas.

DR

*O USS* Michigan*, um couraçado da classe* South Carolina*, dispunha de quatro reparos duplos de peças de 305 mm. Entrou ao serviço em 1910 e foi desmantelado 12 anos depois, em resultado do Tratado de Limitação Naval de 1922.*

Para chegar a acordo com o Japão, os EUA renunciaram à fortificação militar de bases no Pacífico a oeste do Havai, como Guam e Manila, e a Grã-Bretanha renunciou à fortificação de Singapura e do norte da Austrália. Na verdade, este tratado favorecia o Japão na proporção 5:3:2, permitindo que este país se tornasse na potência naval mais poderosa do oeste do Pacífico (os EUA tinham dois oceanos para defender e a Grã-Bretanha 3). Os EUA e a Grã-Bretanha viriam a constatar amargamente este facto 20 anos mais tarde.

***Piedade Vaz***
*CFR REF*

# O ESTADO DE EMERGÊNCIA
## O TRATAMENTO CONSTITUCIONAL DA EXCEPÇÃO
### PARTE I – O REGIME, E A SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE DIREITOS

## ENQUADRAMENTO

Nos Estados democráticos de Direito, as situações de excepção requerem, por natureza e conceito, um tratamento constitucional próprio, muito preciso, porque envolvem uma restrição directa ao nível do exercício de determinados direitos que nos são inerentes – e que o texto constitucional define e garante –, com um notório pendor, o mais das vezes, ao nível dos direitos de circulação, das designadas liberdades económicas e de exercício laboral. Assim, e aquando da declaração quer do estado de sítio quer do estado de emergência, torna-se, pois, premente, assegurar um equilíbrio material entre a necessidade de o definir e o grau de restrição de direitos que é imposto à população durante um determinado período, sendo por tal facto que a nossa Lei Fundamental reserva ao Presidente da República – como acto próprio – a sua declaração, cumpridos que sejam os pressupostos estatuídos no artigo 19º, na alínea d) do artigo 134º, no artigo 138º, na alínea l) do artigo 161º, na alínea e) do artigo 164º, e na alínea f) do artigo 197º, todos da Constituição da República Portuguesa (CRP), o que envolve a intervenção funcional de outros dois órgãos de soberania, a Assembleia da República e o Governo.

No quadro do estado de emergência que decorre em Portugal, foi com particular rigor e sustentação que foi publicado o Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020, de 18 de Março – renovando-se a declaração quinze dias mais tarde através do Decreto nº 17-A/2020, de 2 de Abril – em cujo âmbito jurídico se estatui a *suspensão parcial* do exercício de um conjunto de direitos elencados no diploma, em sete âmbitos bem definidos como sejam: o direito de deslocação em território nacional, propriedade e iniciativa económica privada, direitos dos trabalhadores, circulação internacional, direitos de reunião e de manifestação, liberdade de culto e direitos de resistência. Como é notório, trata-se de um conjunto de direitos de extrema importância em termos de relevância constitucional, e a necessidade da sua suspensão implica uma profundíssima reflexão jurídico-política e social.

Contudo, e vivendo-se uma situação de absoluta calamidade internacional, que afecta actualmente – do que se conhece – mais de 190 países e territórios, que é o resultado da doença que, há cerca de 5 meses, foi detectada na cidade chinesa de Whuan, a tipologia de medidas a tomar pelos vários Governos tem, necessariamente, um enquadramento de absoluta excepcionalidade. Tanto mais que, tendo sido admitido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a existência de um surto (aumento brusco de casos numa determinada região), esta Organização declarou, a 30 de Janeiro deste ano, a situação relativa ao COVID-19 como sendo uma *Emergência de Saúde Pública* de âmbito internacional, sendo que, apenas mês e meio depois (11 de Março) teve que a assumir como *Pandemia Internacional*, o que tinha ocorrido pela última vez há 10 anos em relação à doença provocada pelo H1N1.

A indução que, de forma catastrófica, tem ocorrido em grande parte do mundo, implica uma reavaliação dos quadros normais do exercício dos direitos pelas populações – e mesmo de alguns dos seus direitos fundamentais –, sendo esta a única forma de precaver a propagação e os níveis de contágio da doença, de molde a salvaguardar a vida e as determinantes razões de saúde pública.

Assim, face à magnitude dos direitos em causa, e do determinante impacto social que induzem, existe, notoriamente, uma responsabilidade política de acrescida acuidade na definição dos estados de excepção, pelo facto de ser uma matéria que contende com direitos que se inserem no quadro dos designados direitos fundamentais, sendo o regime da *suspensão do exercício de direitos* objecto de tratamento normativo muito específico no articulado constitucional logo em sede do artigo 19º, preceito incluso no Título I da CRP – *Princípios gerais* (da Parte I – *Direitos e deveres fundamentais*), ou seja, matéria com dignidade jurídica superlativa na Lei Fundamental.

Impõe-se, pois, uma avaliação sistémica, ainda que breve, dos regimes em causa, bem como do âmbito de intervenção das Forças Armadas e, no aplicável, dos órgãos da Autoridade Marítima Nacional (AMN) em estado de emergência. É disso que cuidaremos no presente artigo, em duas Partes sequenciais, situando-nos no regime do estado de emergência.

## A SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE DIREITOS

Logo em sede do nº 1, do artigo 19º, da CRP, se estatui expressamente o princípio de que não pode haver suspensão do exercício dos direitos, liberdades e garantias, por qualquer um dos órgãos de soberania, a não ser que seja declarado – nos devidos termos constitucionais – o estado de sítio ou o estado de emergência.

Isto é, apenas em situações constitucionais de excepção, em que ocorra uma *situação de necessidade pública* do Estado – o que pressupõe a existência de uma crise ou de uma *emergência pública*, com a ocorrência de um perigo efectivo para a própria existência, segurança ou organização do Estado enquanto colectividade –, é que pode ser declarado um regime que suspenda direitos. É, precisamente, a situação de *calamidade pública* que, estando prevista no nº 2, do artigo 19º, igualmente sustentou a declaração que o Presidente da República definiu para o período que decorre, estando expressa como justificação logo no artigo 1º do seu Decreto.

Os direitos fundamentais são posições jurídicas básicas reconhecidas pelo Direito português, cuja materialidade substantiva é a defesa dos valores e interesses mais relevantes que assistem às pessoas singulares e colectivas, independentemente da nacionalidade. A CRP prevê e regula duas grandes categorias de direitos fundamentais: os direitos, liberdades e garantias, e os direitos e deveres económicos, sociais e culturais. Os primeiros correspondem ao núcleo axiológico fundamental da vivência numa sociedade democrática, independentemente de leis que os protejam, sendo sempre invocáveis à luz de um regime constitucional específico, que dificulta a sua restrição ou suspensão. Entre tais direitos, que se encontram elencados no Título II da Lei Fundamental (artigos 24º a 97º), elencam-se o direito à vida, à integridade pessoal, à identidade e, além desses, outros direitos pessoais, como a liberdade e segurança, a propriedade privada, a participação política e a liberdade de expressão.

Como traço definidor – de entre as características do regime dos direitos, liberdades e garantias consagrado pelo artigo 18º da CRP – eles são de aplicabilidade directa, independentemente da eventual intervenção do legislador, e impõem a imediata vinculação dos poderes públicos e das entidades privadas. É por esta sua morfologia jurídica que está prevista uma exigência de autorização constitucional

expressa para as leis restritivas desses direitos, e a sujeição dessas leis aos princípios da exigibilidade ou necessidade, da adequação e proporcionalidade. Mas através de um regime transitório que sempre visará o restabelecimento da designada *normalidade constitucional*.

Podendo o estado de sítio e o estado de emergência ser declarados quando ocorra uma *"agressão efectiva ou iminente por forças estrangeiras, de grave ameaça ou perturbação da ordem constitucional democrática ou de calamidade pública",* tal como se exige no nº 2 do referido artigo 19º, o certo é que o legislador constitucional enquadrou no estado de emergência as situações em que os âmbitos referidos no nº 2 se revistam de menor gravidade, apenas podendo *"determinar a suspensão de alguns dos direitos, liberdades e garantias susceptíveis de serem suspensos".*

Ou seja, há direitos que, pela sua natureza e dignidade constitucional, nunca poderão ser atingidos ou prejudicados pela declaração do estado de emergência, como sejam o direito à vida, à integridade pessoal, à identidade pessoal, à capacidade civil e à cidadania, a não retroactividade da lei criminal, o direito de defesa dos arguidos e a liberdade de consciência e de religião. Por outro lado, em caso algum pode a declaração do estado de emergência afectar os regimes constitucionais definidores da competência e funcionamento dos órgãos de soberania e de governo próprio das Regiões Autónomas ou dos direitos e imunidades dos seus titulares. É exactamente aquela basilar ressalva de direitos que se encontra estatuída e salvaguardada no artigo 5º de ambos os Decretos do Presidente da República – acima mencionados – preceituando, ainda, os seus nºs 2 e 3, que *"os efeitos da presente declaração não afectam igualmente, em caso algum, as liberdades de expressão e de informação"*, bem como se define que nunca poderá "*ser posto em causa o princípio do Estado unitário ou a continuidade territorial do Estado".*

Temos assim que ao estado de emergência está reservado o regime que será menos *gravoso* para o quadro dos direitos fundamentais, apenas podendo restringir alguns deles com menor *intensidade* que aquela que é inerente ao estado de sítio.

É, contudo, fulcral atentar no que estabelece o nº 6 do mencionado preceito (artigo 19º), no qual se estatui que a declaração do estado de emergência confere às autoridades *"competência para tomarem as providências necessárias e adequadas ao pronto restabelecimento da normalidade constitucional"*, o que implicará, na estrita medida do permitido e do necessário, que a suspensão apenas possa abranger os direitos cujo exercício possa colocar em causa os objectivos definidos para o estado de excepção declarado, e bem assim que a *intensidade* – da suspensão – seja limitada ao estritamente exigido na declaração, e pelo menor período de tempo possível. Aliás, em observância ao estipulado no nº 5, do artigo 9º, da CRP, e no nº 1, do artigo 5º, da Lei nº 44/86, de 30 de Setembro, o próprio artigo 3º de ambos os Decretos do Presidente da República define que o estado de emergência tem a duração de 15 dias, situando, com rigor, os respectivos início e termo.

Quanto à formalidade do procedimento, e antes da definição e declaração, pelo Presidente da República, do estado de emergência, o Governo deve ser auscultado antes de ser exarado o pedido de autorização à Assembleia da República, sendo que o Parlamento se pronuncia através de uma Resolução a qual, no caso do Decreto nº 14-A/2020, correspondeu à Resolução nº 15-A/2020, de 18 de Março. Intervindo a Assembleia da República através do mecanismo de *autorização prévia*, a sua não existência indicia uma situação de inconstitucionalidade da declaração final.

## A EXECUÇÃO DA DECLARAÇÃO DO ESTADO DE EMERGÊNCIA

O regime constitucional do estado de emergência é regulamentado e complementado pela legislação ordinária, estando previsto na Lei n.º 44/86, de 30 de setembro (na sua redacção actual). Pela sua relevância actual, é útil referir que, em sede do artigo 2º do diploma – de epígrafe *Garantias dos direitos dos cidadãos* –, define-se na alínea c), do seu nº 2, que:

*"Nos casos em que possa ter lugar, a suspensão do exercício de direitos, liberdades e garantias respeitará sempre o princípio da igualdade e não discriminação e obedecerá aos seguintes limites:* (…) *c) Quando se estabeleça o condicionamento ou a interdição do trânsito de pessoas e da circulação de veículos, cabe às autoridades assegurar os meios necessários ao cumprimento do disposto na declaração, particularmente no tocante ao transporte, alojamento e manutenção dos cidadãos afetados;".*

Mas é ao nível da legislação publicada pelo Governo que a execução da declaração do estado de emergência conhece as medidas e procedimentos que devem ser observados durante este período. Assim, foi através do Decreto nº 2-A/2020, de 18 de Março, do Decreto nº 2-B/2020, de 2 de Abril, e do Decreto nº 2-C/2020, de 17 de Abril, que foram definidos – entre outros – os princípios, os deveres, as condições de limitação de circulação, a circulação de mercadorias, a suspensão do exercício de actividades, e as regras a observar em matéria de suspensão excepcional da cessão de contratos. De entre eles, porque absolutamente limitadores da circulação de pessoas – mecanismo imprescindível para evitar a propagação da doença –, merecem especial destaque o *dever de confinamento obrigatório* – pessoas em situações de doença, de infecção e que sejam objecto de vigilância activa –, o *dever geral de protecção*, para cidadãos de certas faixas etárias e para aqueles com determinadas condições de saúde, e o *dever geral de recolhimento domiciliário*, como factor determinante para que exista um efectivo confinamento no domicílio, salvo situações e actividades expressamente permitidas.

No âmbito dos artigos 45º e 46º – ambos do articulado do Decreto nº 2-C/2020 – o diploma prevê (45º) que os actos administrativos que executem as medidas do diploma são eficazes através da mera notificação ao destinatário, sendo dispensadas as demais formalidades aplicáveis, estando previsto (46º), ainda, em sede de fiscalização, o regime de observância das ordens legítimas emanadas pelas forças de segurança, bem como, no aplicável, o regime de aplicação do crime de desobediência, o qual é conjugado com a violação dos princípios e medidas definidos nos artigos 3º (confinamento obrigatório), e artigos 9º a 11º (sobre proibição de desenvolver actividades, e encerramento de instalações e estabelecimentos).

Especificamente nos espaços integrantes do Domínio Público Marítimo, áreas balneares e demais espaços costeiros com aptidão de uso balnear, zonas portuárias, águas interiores e águas territoriais, tem particular importância o definido no artigo 9º do Decreto e remissão para as actividades elencadas nos nºs 1 e 4 do seu Anexo I, bem como o estabelecido no artigo 11º – proibição de desenvolvimento de actividades no âmbito da prestação de serviços.

No respeitante aos órgãos da AMN, em especial as Capitanias dos Portos e os Comandos Locais da Polícia Marítima, existem mecanismos específicos que visam a execução das medidas e procedimentos nos respectivos espaços de jurisdição, mas essa será matéria que, a par de outras, abordaremos na Parte II do artigo.

***Dr. Luís da Costa Diogo***
*Diretor Jurídico da DGAM*

***CTEN TSN-JUR Susana Ramos***
*Consultora Jurídica da DIRJUR (DGAM)*

**N.R.** *O autor não adota o novo acordo ortográfico*

# CADETES DA ESCOLA NAVAL

## DESCEM O RIO MINHO

Inserido nas atividades de aplicação militar-naval, os cadetes da Escola Naval (EN) levaram a cabo, entre os dias 19 e 23 de fevereiro, a já tradicional atividade anual de descida do rio. Desta vez foi escolhido um troço do rio Minho, compreendido entre Monção e Valença (cerca de 18 Km), tendo sido realizada com o recurso a botes pneumáticos militares e respetivos remos.

### PARTICIPANTES

A descida do rio, que envolveu mais de uma centena de cadetes dos 3º e 4º anos dos cursos de Mestrado Integrado, teve como principal objetivo praticar e consolidar os conhecimentos adquiridos durante as instruções de formação marinheira, de comportamento organizacional, de organização e de instrução militar. Complementarmente, permitiu aos cadetes desenvolverem e treinarem capacidades de liderança, camaradagem, espírito de corpo e coragem física e moral, em torno de um objetivo comum, suplantando de forma sucessiva e continuada as dificuldades e tarefas que uma prova desta natureza sempre acarreta. Cimentam-se deste modo, as qualidades de chefia e de liderança que tão importantes são no desenvolvimento da carreira e que pautarão futuramente, de forma permanente, as suas vidas enquanto oficiais de Marinha.

A descida constituiu também uma oportunidade de intercâmbio de experiências entre a EN e as academias congéneres, nacionais e de Espanha – contou com a participação de alunos convidados da Academia Militar, da Academia da Força Aérea, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e da Escuela Naval Militar, da Armada de Espanha (participou com duas equipas de cadetes). Participaram na descida mais dois botes – um com uma equipa de oficiais da Escola Naval e o outro com uma equipa da guarnição do NRP *Minho*. O total de participantes ascendeu a 190 pessoas.

### APOIOS

Para o sucesso do empreendimento, houve que contar com apoios de relevo de várias entidades da região do Minho – Câmaras Municipais de Valença e de Monção (que proporcionaram um aliciante programa de visitas culturais para toda a comitiva associada ao evento, potenciando a descoberta desta região, da sua história, da sua cultura e das suas gentes, vivências essas que ficarão para sempre na memória coletiva de todos os participantes). Destaque também para a Capitania do Porto de Caminha, o Comando Local da Polícia Marítima de Caminha, a *Comandancia Naval del Miño* (Marinha Espanhola), a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença e o Destacamento Territorial de Valença da GNR, que contribuíram para garantir os aspetos relacionados com a segurança da atividade de descida do rio.

A Câmara Municipal de Valença, que desde o primeiro momento apadrinhou a iniciativa, disponibilizou, juntamente com o Agrupamento de Escolas de Muralhas do Minho, as instalações para alojamento e para as refeições, possibilitando uma redução muito significativa do esforço logístico.

### APROXIMAÇÃO À SOCIEDADE CIVIL

Decorrente da presença da EN na região, foram realizadas ações de divulgação nas escolas secundárias de Valença e Monção, através de palestras destinadas aos alunos dos 11º e 12º anos de escolaridade.

A presença dos militares de Marinha nesta região beneficiou de ampla divulgação pelos órgãos de comunicação social locais – uma oportunidade de aproximação à Sociedade Civil – e mereceu da população em geral uma atenção relevante, manifestada quer no acompanhamento/presença nos preparativos, quer na largada da prova de remo (nas imediações de Monção), quer ainda nas margens do rio, ao longo do trajeto, e na assistência à chegada, no Parque da Senhora da Cabeça, em Valença. Foram notórias quer a recetividade, quer a grande hospitalidade e generosidade das populações desta região do norte do país, proporcionando experiências únicas e inesquecíveis.

## CONVÍVIO COM MARÍN

Toda a delegação de cadetes nacionais fez uma visita à vizinha Escuela Naval Militar de Marín, oportunidade inédita de ficar a conhecer a realidade daquela Instituição. O acolhimento e o convívio foram excelentes; houve até tempo para um evento desportivo amigável que juntou os alunos de ambas as Escolas.

Durante a visita decorreu, igualmente, um encontro entre os Comandantes das Escolas Navais Espanhola e Portuguesa, onde foi acordada a forma de consolidar e estreitar a sólida ligação já existente, nomeadamente através do lançamento de novas iniciativas que, aliás, irão dar corpo às orientações emanadas das chefias de ambas as Marinhas, contribuindo ainda para robustecer a componente de internacionalização que constitui um dos pilares fundamentais do ensino superior.

## A COMPETIÇÃO

No respeitante aos resultados da componente desportiva da descida do rio, o primeiro bote a concluir a prova era guarnecido por alunos do 3º ano, tendo realizado o tempo de 2 horas, 17 minutos e 8 segundos. Em termos de classificação geral, o 3º ano foi o vencedor, com um tempo médio, após bonificações, de 2 horas, 12 minutos e 17 segundos, seguido do 4º ano, com um tempo médio de 2 horas, 41 minutos e 59 segundos.

Para marcar o encerramento da atividade foi oferecido um jantar no Pavilhão da Escola Sede do Agrupamento de Escolas de Muralhas do Minho, que contou com a presença do Presidente da Câmara, do Presidente da Assembleia Municipal e do Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Valença, do Diretor do Agrupamento de Escolas de Muralhas do Minho, do Comandante-diretor da Escuela Naval Militar da Marinha de Espanha, do Capitão do Porto de Caminha, do Comandante Naval del Miño (Marinha Espanhola), do Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença e do Comandante do Posto da Guarda Nacional Republicana de Valença. Foi ainda possível reunir, nesse momento de confraternização, vários antigos militares da Marinha e contar com a presença de representantes do Clube Marinheiro Minhoto.

No final do jantar e ainda antes da atuação do grupo musical "6às9", que gentilmente abrilhantou o serão, foram entregues os prémios às equipas e algumas lembranças que assinalaram a gratidão mútua pela realização, com inquestionável sucesso, da iniciativa.

## À LAIA DE CONCLUSÃO

Finalmente, importa destacar, para além do esforço e dedicação da equipa multidisciplinar de militares da guarnição da EN, o importante apoio recebido das seguintes unidades da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional envolvidas, que contribuíram e possibilitaram a edificação e sucesso desta iniciativa: o Corpo de Fuzileiros – Unidade de Meios de Desembarque – pela disponibilização dos botes, palamenta, motores para as embarcações de segurança e respetivo pessoal; a Esquadrilha de Subsuperfície – Destacamento de Mergulhadores Sapadores; a Direção de Transportes; e a Capitania do Porto de Caminha, que cedeu os meios de segurança.

Em síntese, a descida do rio Minho, remada após remada, contribuiu para o reforço da capacidade de liderança individual e coletiva, do sentido de camaradagem, do espírito de corpo e da coragem física e moral de todos os participantes. Constituiu, igualmente, a continuidade de uma iniciativa de aproximação à Sociedade Civil, que leva o "botão de âncora" junto das populações e permite dar a conhecer aos Portugueses a missão e a atividade da sua Marinha.

*Colaboração da **ESCOLA NAVAL***

ACADEMIA DE MARINHA

# "D. PEDRO DE MENEZES: UM HOMEM, UMA HISTÓRIA"

## SESSÃO CULTURAL CONJUNTA COM O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO

Em 5 de março, teve lugar no Salão Nobre da Câmara Municipal de Santarém, a terceira sessão cultural conjunta da Academia de Marinha com o Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, intitulada – ***"D. Pedro de Menezes: um homem, uma história"***, tendo sido presidida pela Vereadora dos Assuntos Jurídicos e do Urbanismo, Dra. Cristina Casanova Martins, em representação do Presidente da Câmara de Santarém.

Depois das palavras de abertura proferidas pelo Diretor do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, Prof. Doutor Martinho Vicente Rodrigues, e pelo Presidente da Academia de Marinha, ALM Vidal Abreu, seguiu-se a comunicação apresentada pela Profª. Doutora Ana Paula Avelar, realizada em co-autoria com o Prof. Doutor Vítor Rodrigues, que por motivos profissionais não pôde estar presente, intitulada ***"D. Pedro de Meneses: paladino de uma nova dinastia?"***.

Na perspetiva dos autores, *"esta intervenção para além de se analisar a origem familiar de D. Pedro de Meneses e as razões por que se refugiou em Castela com sua mãe, debruçar-nos-emos sobre as motivações e os apoios do monarca D. João I e do então infante D. Duarte por altura do seu regresso ao reino no início de Quatrocentos".*

Para os autores, é essencial estudar o papel desempenhado por D. Pedro de Meneses enquanto capitão de Ceuta, para se poder perceber a sua ascensão social e a criação de um avultado património, que o elevaria à condição de Conde, algo que até então era reservado para os familiares próximos do monarca. Por último, salientou o perfil desenhado pelo cronista "oficial" do reino, Gomes Eanes de Zurara, interrogando-se se o terá representado como um defensor do seu Rei e Senhor.

Dando continuidade ao tema, usou da palavra o Doutor Nuno Silva Campos com a comunicação ***"D. Pedro de Meneses e a recuperação da memória linhagística dos Teles de Meneses"***, tendo referido que a sua apresentação pretende recordar as origens familiares de D. Pedro e apresentar de que forma é que o capitão de Ceuta conduziu a recuperação e enaltecimento da memória da linhagem da família.

Para o conferencista, D. Pedro de Meneses ficou para a História conhecido por ter sido o primeiro capitão de Ceuta, cargo que desempenhou com inegável competência e de onde retirou profundos proveitos pessoais. Desde a tomada da praça africana até à sua morte nunca abandonou o cargo *"assumindo-se como a primeira grande figura da Expansão Portuguesa"*, o que o levaria a ser *"agraciado com o título de 1º Conde de Vila Real, lançando as bases desta importante casa nobiliárquica das segunda e terceira dinastias, vindo ainda a ser Conde de Viana do Alentejo".*

Por último, salientou que, face ao desconhecimento quase total do seu passado, anterior a 1415, fique "*a ideia de que se trata de um elemento secundário no tecido nobiliárquico português".*

D. Pedro, através de uma eficaz atuação política e elaborada construção ideológica, demonstrou reclamando, ostentando e transmitindo aos seus herdeiros, o formidável legado que constituía a memória dos Meneses, projetando a família para um novo período de destaque social.

A sessão terminou com as palavras de agradecimento a ambas as instituições pela Vereadora dos Assuntos Jurídicos e do Urbanismo da Câmara Municipal de Santarém, Dra. Cristina Casanova Martins.

*Colaboração da* ***ACADEMIA DE MARINHA***

Fotos CMOR FZ José Chorão

# MUSEU DO FUZILEIRO

Local único que recorda a história de 400 anos dos Fuzileiros, referência museológica a nível nacional, que recebe anualmente cerca de 10.000 visitantes.

## VALE DE ZEBRO – DOS FORNOS DO BISCOITO À SALA-MUSEU

Embora vários autores refiram datas anteriores, comprovadamente encontravam-se em atividade no século XV, em Vale de Zebro, os moinhos de maré e os fornos para produção do biscoito. Este destinava-se ao consumo "*nas Armadas, nas naus da India, conquistas e fortalezas do Reino*", conforme consta no I Regulamento dos Fornos feito por D. João IV, e ainda "*para as urgências dos meus exércitos nas ocasiões das marchas*", pelo Alvará de D. José I.

Até ser entregue à Intendência da Marinha, em 1835, (...) todo o edificado de Vale de Zebro esteve sob a alçada ora da Coroa ora civil: "Almoxarifado de Valle de Zebro" em 1653, "Companhia de Comércio de Grão-Pará e Maranhão" em 1755, e "Junta da Administração Geral do Fornecimento de Munições de Boca" em 1762.

Registe-se a ordem do Marquês Sá da Bandeira, em 1836, para o plantio naquele local de espécies exóticas provenientes do Ultramar. Em 1843 as instalações de Vale de Zebro são adaptadas para acolher os Inválidos da Marinha, em 1902 recebem a Escola Prática do Serviço de Torpedos Navais, e em 1905 são escolhidas para a montagem do 1º Posto de TSF da Marinha.

Finalmente em 1961 é instalada em Vale de Zebro a Escola de Fuzileiros. Em meados de 1984 arranca a instalação da então Sala-Museu do Fuzileiro (ver caixa), que é inaugurada em 30 de junho de 1986.

## MELHORAMENTOS – DA SALA-MUSEU AO MUSEU

O espaço ocupado pela Sala-Museu sofreu remodelações, em termos de conteúdos, novas técnicas museológicas e ampliação da área de exposição, que se efetuaram em duas fases, a cargo do CFR FZE Sanches de Baêna. Hoje em dia o Museu continua em permanente atualização, por força do dinamismo operacional dos fuzileiros sobretudo além-fronteiras.

Vale a pena visitar este Museu, pelo seu importante e magnífico espólio, pela verdadeira lição de história proporcionada, que muito prestigia a Marinha, numa contribuição valiosa para a perpetuação da memória dos Fuzileiros. Atualmente, o Museu do Fuzileiro é já uma referência no panorama museológico nacional, merecendo ainda o devido destaque na página *on-line* do Turismo Militar. Recebe cerca de 10.000 visitantes ao ano, provenientes de estabelecimentos de ensino de todo o país, universidades seniores, empresas, associações desportivas e de lazer, unidades da Marinha e da Guarda Nacional Republicana, reformados da Marinha e grupos de antigos militares das Forças Armadas, e ainda um número importante de visitantes de nacionalidade estrangeira.

## PERCURSO PELO MUSEU – SALA DE ENTRADA HISTÓRICA

A história e "patine" deste museu é bem patente logo na entrada com o contraste entre um manequim de uma praça do Terço da Armada Real da Coroa de Portugal (1621), armada de mosquete, espada e talabardete com 12 invólucros para a pólvora, com um manequim do tempo da Guerra do Ultramar, e dois manequins dotados do armamento e equipamento atuais. A recriação dos Fuzileiros é neste local assinalado com um espaço evocativo dos quatro militares que frequentaram o Curso de "Command Course" nos Royal Marines em 1960. De especial significado os quadros do Alvará de D. José I, em 1754, que confere a primazia à Marinha em

paradas e desfiles, e a Carta de Fornos e Moinho de Maré de Valle de Zebro, de 1835.

Tudo aqui começou com o biscoito que é recordado em área onde se reconhecem vestígios dos antigos fornos – pode-se ver uma forma de barro da cozedura do biscoito, e uma mostra de artigos relacionados com o labor de uma olaria e forno cerâmico, encontrados na Mata da Machada. Todo este espaço é complementado com sete *placards* explicativos do Complexo de Vale de Zebro desde o séc. XV.

No meio da ala principal destaca-se um amplo planisfério que assinala as acções dos fuzileiros desde a sua fundação, nas costas e no interior, de Espanha às Terras do Fim do Mundo, do Brasil a Timor, do Mediterrâneo à China, no mar imenso, onde elevaram bem alto o seu valor em inúmeros combates navais travados no Atlântico e Índico, e nas novas missões de apoio à paz.

### O NASCIMENTO DO MUSEU DO FUZILEIRO

A RA foi falar com o CMG FZE Carreiro e Silva, ex-comandante da Escola de Fuzileiros, a quem se deve a iniciativa e realização da futura, Sala-Museu do Fuzileiro – mais tarde Museu do Fuzileiro – que na altura transmitiu o seu sonho ao CMG Alpoim Calvão, tendo este oferecido o seu apoio financeiro à futura obra, e pago todas as despesas da mesma.

Foi então escolhido um edifício de traça pombalina, que em tempos idos albergou a Fábrica do Biscoito, contíguo a uma praceta, conferindo-lhe assim um enquadramento nobre adequado. Em 1984, recorrendo-se à mão de obra da casa, iniciaram-se os trabalhos, deixando o aparelho construtivo à vista, preservando-se os antigos tijolos e abóbadas. Realce para o exemplar trabalho de arquitetura, decoração e conceito museológico que esteve a cargo do CMG FZE Vidal de Resende. Os apoios vieram de várias origens: do Estado-Maior da Armada, que contribuiu para a recolha de artigos de uniforme e equipamentos de vários países, e do Museu de Marinha, donde veio valioso espólio. De referir igualmente a importante quantidade de peças-memória oferecidas à Escola de Fuzileiros por personalidades militares e civis, sobretudo fuzileiros.

A inauguração ocorreu em 30 de junho de 1986, com a presença do Ministro da Defesa, Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, do CEMGFA, GEN Lemos Pires, e do CEMA, ALM Sousa Leitão, tendo o "portaló" da Sala-Museu do Fuzileiro sido aberto simbolicamente pelo VALM Roboredo e Silva, "pai" dos Fuzileiros, e VALM Melo Cristino, primeiro Diretor de Instrução da Escola de Fuzileiros e Comandante das Instalações de Vale de Zebro.

A Brigada Real de Marinha (BRM) tem área evocativa de relevo, com uma réplica do estandarte da BRM – que em 1808 acompanhou a família real na viagem para o Brasil – e o estandarte do atual Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, enviados pela Marinha do país irmão. Pode ainda ver-se uma espingarda de pederneira, mais conhecida por "Miquelete à Portuguesa", e um quadro representativo do atirador especial de vergas, para além de dois manequins com fardamentos e equipamentos da época.

## PERCURSO PELO MUSEU – DAS CAMPANHAS DE ÁFRICA À ZONA NOBRE

Várias personagens e factos são aqui recordadas pelas suas viagens e campanhas em África como Roberto Ivens e Hermenegildo Capelo, Augusto Castilho, Mouzinho de Albuquerque e Azevedo Coutinho, bem como as acções dos Batalhões Expedicionários em África. As vitrinas comportam importante espólio, onde se destacam *fac-similes* de notícias, relatórios de campanhas, documentos relevantes, armamento individual, fotografias da época. No meio da sala imperam duas peças Hotchkiss, de 47 mm e de 37 mm, esta destinada a lanchas e canhoneiras.

De belo efeito o enquadramento do tríptico relativo ao Batalhão Expedicionário da Marinha, rodeado por peças de artilharia e armamento individual.

Numa justa homenagem às guarnições das Lanchas de Desembarque que corajosamente apoiaram as unidades de fuzileiros, o museu exibe uma ponte (recuperada) de uma Lancha de Desembarque Média (LDM), e respectivo manequim do patrão ao leme.

A Zona Nobre acolhe ainda dois memoriais alusivos à Guerra do Ultramar: militares mortos em combate, e militares que foram condecorados por serviços prestados em campanha. Neste espaço

| MEMÓRIAS DE VALE DE ZEBRO E DOS VALE DE ZEBRO | |
|---|---|
| Sec. XV | Complexo de Valle de Zebro |
| 1653 | Almoxarifado de Valle de Zebro |
| 1755 | Companhia de Comércio de Grão-Pará e Maranhão |
| 1762 | Junta da Administração Geral do Fornecimento de Munições de Boca |
| 1835 | Intendência da Marinha |
| 1836 | Marquês de Sá da Bandeira manda plantar árvores exóticas |
| 1843 | Acolhe os Inválidos da Marinha |
| 1850 | Possível extinção do fabrico do biscoito |
| 1902 | Recebe a Escola Prática do Serviço de Torpedos Navais |
| 1905 | Montagem do 1º posto de TSF da Marinha |
| 1961 | Instalação da Escola de Fuzileiros |

sobressaem as condecorações do VALM Roboredo e Silva, às quais em breve se irão juntar as condecorações e os retratos a óleo dos 4 militares da Marinha que foram agraciados com a Torre e Espada, no período da Guerra do Ultramar.

## PERCURSO PELO MUSEU – GUERRA DO ULTRAMAR

À zona consignada à Guerra do Ultramar acede-se por uma porta de uma LDM assente no solo, ladeada na parede por quadros com motivos operacionais e cartas náuticas.

Vários expositores contam a história dos 13 anos desse conflito em África, assente primordialmente em ofertas individuais e das unidades de fuzileiros – podem apreciar-se uma coleção de mini-guiões dos Destacamentos de Fuzileiros Especiais (DFE) e Companhias de Fuzileiros (CF), um excelente acervo de armas capturadas, e artigos que foram apreendidos nas operações militares, como equipamentos, cadernos e livros escolares. Várias fotografias e documentos atestam ainda a atividade operacional das unidades de fuzileiros: imagens de grupo e de bases militares, listas do pessoal e descrição de operações. Destaque para a carta náutica de Conakry, utilizada na "Operação Mar Verde", e uma especial mostra dos últimos estandartes nacionais de várias unidades do ex-Ultramar Português. Num recanto, e tendo como pano de fundo uma imagem do Rio Cacheu na Guiné, é recriado um antigo bote Zebro guarnecido por três fuzileiros, rodeado por uma importante coleção de armas de várias origens.

Em lugar de honra encontram-se alinhados os Guiões dos 16 DFE e 13 CF que serviram em África entre 1961 e 1974. Esta área temática termina com uma exposição alusiva à habitual parafernália de equipamento individual, rádios de comunicações, e ainda com a apresentação de uma Peça Oerlinkon de 20 mm e respetivo manequim do artilheiro.

## PERCURSO PELO MUSEU – DA INSTRUÇÃO ÀS NOVAS MISSÕES

A Instrução é representada com a simulação de uma sala de aula com os respetivos manequins alusivos, uma didática coleção de manuais escolares desde os anos 60 e, para os saudosistas, surge uma emblemática maquete da pista de lodo da Escola de Fuzileiros.

As Novas Missões – de apoio à paz nos diversos Teatros de Operações por todo o mundo – já têm o seu lugar próprio, que o visitante atento reconhece como um retorno aos destinos dos tempos da BRM. Assim, esta área transporta-nos para a Operação Leopardo no Zaire, a Operação Crocodilo na Guiné-Bissau, o combate à pirataria no Golfo de Aden, o combate à imigração ilegal no Mediterrâneo (Operação Hera III), e às comissões em Timor, Afeganistão, Bósnia, Lituânia e Mali.

As ações empreendidas nessas novas missões são ilustradas por várias cartas e mapas das zonas envolvidas, recortes de jornais, estandartes e flâmulas militares, placas evocativas, manequins com os fardamentos utilizados, armas apreendidas. Pormenores curiosos – um estilhaço de bomba artesanal oriundo de Khak-e-Jabbar (Afeganistão), um leme de uma embarcação capturada e, no exterior do Museu, um *skiff* apresado por uma unidade de fuzileiros ao largo da Somália.

***Abel Melo e Sousa***
*CFR REF*

**FUZILEIROS A CAMINHAR EM PARALELO**

| | FUZILEIROS |
|---|---|
| 1621 | Terço da Armada Real da Coroa de Portugal |
| 1640 | Terço da Armada Real do Mar Oceano |
| 1708 | Regimento do Príncipe |
| 1797 | Brigada Real de Marinha |
| 1832 | Regimento da Armada |
| 1837 | Batalhão Naval |
| | |
| 1851 | Corpo de Marinheiros Militares |
| | |
| 1924 | Brigada da Guarda Naval |
| 1961 | Recriação dos Fuzileiros |

**MUSEU DO FUZILEIRO**

**Local**
Escola de Fuzileiros (EF), Vale de Zebro, 2830-412 Barreiro
GPS: 38.616787 - 9.047413

**Visitas**
Dias úteis (9h-12h / 13h30-16h) Marcação prévia
Fins de semana: Contactar Protocolo EF – tel. 210 927 288 / m8a22651@marinha.pt

Grupos: Contactar Relações Públicas da Marinha
marinha.rp@marinha.pt

**Página Turismo Militar**
https://www.turismomilitar.gov.pt/pt-pt/patrimoniodetails/85

# ANTES VOMITÁ-LOS QUE DÁ-LOS

As viagens de instrução de cadetes da Escola Naval são momentos em que todo o curso está junto. Apesar da observação constante dos oficiais da Escola Naval embarcados, e dos oficiais de bordo, com vista à avaliação do desempenho dos cadetes no decurso da viagem, a tensão resultante das frequências e exames já desapareceu ou ainda está suficientemente longínqua. Costumam proporcionar estadias em portos distantes, ou pelo menos desconhecidos. Ocorrem no verão, um período de natural distensão física e mental. Os cadetes são jovens. O *cocktail* explosivo que resulta da mistura de todos estes ingredientes potencia o surgimento de diversos episódios dignos de figurar nas estórias de marinheiros. Esta cai neste capítulo.

O bicho cadete é também conhecido como formiga branca. Esta denominação resulta da fusão entre a cor do uniforme de passeio de tempo quente, utilizado normalmente nas recepções a bordo durante as estadias nos portos, conjugado com o apetite voraz típico da idade, do esforço físico resultante das tarefas a navegar, bem como da frequente ausência de apetite que caracteriza muitos marinheiros quando a navegar. Outra característica destes insectos é a capacidade de rapidamente devastarem as zonas por onde passam, o que também ocorre com as mesas das recepções logo que os cadetes têm ordem para se aproximarem das iguarias nelas depositadas. Qualquer comandante que queira ter sucesso numa recepção a bordo com cadetes, nomeadamente garantindo que os convidados têm acesso à comida, tem de assegurar que o bicho cadete fica confinado a uma mesa específica, ou então nomeia oficiais para domesticar a horda esfaimada, hercúlea tarefa nada fácil de cumprir. Outra alternativa consiste em fazer servir aos cadetes uma refeição antes da recepção, o que normalmente não é de fácil execução, uma vez que o pessoal da taifa[1] já está bastante empenhado nos preparativos para o evento, e a garantia de sucesso desta medida é bastante reduzida, dada a ilimitada capacidade de ingestão de alimentos que a "formiga branca" possui.

Conforme referi, uma das características que a vida do mar apresenta é a capacidade para reduzir ou eliminar o apetite em criaturas que, noutras circunstâncias – por exemplo em terra – seriam vorazes devoradores de alimentos. Isto deve-se a um fenómeno natural que dá pelo nome de enjôo. Com efeito, é próprio dos humanos normais ficarem mareados quando a navegar, embora existam diversos níveis, consoante o estado do mar e a natureza de cada um. O homem é um animal de hábitos, e o enjôo também pode adquirir esta classificação. É bastante frequente que com o avançar do tempo embarcado o enjôo diminua, ou pelo menos as suas vítimas se habituem a lidar com ele, abandonando a postura de mortos-vivos por uma vida mais ou menos normal.

Depois existem outros poucos que padecem duma anormalidade fisiológica relacionada com os líquidos do ouvido interno, que têm a bênção de não enjoar, como felizmente é o meu caso.

Certo dia, numa viagem de instrução, a fruta servida ao almoço foi morango. Para além de ser um fruto naturalmente agradável, e como tal apetecível, não é muito comum a bordo, por se degradar com facilidade. Adicionalmente, é sabido por todos os marinheiros que os despenseiros[2] têm plantações secretas de macieiras nos seus paióis, só assim se explicando a abundância desta fruta a bordo, cognominada de "pêro naval".

Para quebrar a monotonia, é habitual atribuir outras designações às maçãs, que invariavelmente terminam as refeições. Assim, uma grande maçã amarela é designada como ananás. Uma pequena maçã vermelha passa a morango. Se for uma grande maçã vermelha já é uma sobremesa de manga. Quando a maçã é verde, temos pera abacate. Pois na refeição em apreço eram mesmo morangos dos verdadeiros, o que gerou o gáudio a bordo.

Sentados frente a frente a almoçar estavam dois cadetes, sendo que um cai na categoria daqueles que não enjoam, ou que já tinha domado o seu corpo para viver com ele, e o outro era daqueles que podia estar a vida toda embarcado que estaria sempre enjoado. O primeiro, adivinhando o diminuto apetite do seu companheiro de mesa, ofereceu-se para consumir os preciosos morangos, até porque antecipava o seu lançamento ao mar numa interpretação de canto gregoriano. A resposta do segundo não se fez esperar:

– Antes vomitá-los que dá-los!

Alguns minutos depois o desejo cumpriu-se.

***Mamede Alves***
*CFR*

**N.R.** *O autor não adota o novo acordo ortográfico*

Notas

[1] A taifa é uma classe de praças da Marinha, sendo constituída pelas sub-classes de despenseiros, cozinheiros e padeiros. Naturalmente são o pessoal de bordo mais atarefado aquando da realização de recepções.

[2] O despenseiro do navio é o sargento da classe da taifa e que, entre outras atribuições, é o responsável pelas refeições.

# SAÚDE PARA TODOS 75

# TROMBOEMBOLISMO PULMONAR

*O tromboembolismo pulmonar (TEP) deve-se à obstrução da artéria pulmonar ou seus ramos por um trombo habitualmente formado no sistema venoso profundo e que, ao desprender-se, segue o fl uxo sanguíneo venoso, atravessa as cavidades direitas do coração e vai alojar-se nos vasos pulmonares. A apresentação clínica varia desde episódios assintomáticos até morte súbita por embolia pulmonar maciça, dependendo do grau de envolvimento dos vasos pulmonares. Esta é uma doença grave e muitas vezes subdiagnosti cada, mas que, se atempada e adequadamente tratada, pode ter poucas complicações.*

## EPIDEMIOLOGIA

A incidência estimada de TEP na população geral é de 5 em cada 10.000 doentes, com taxa de mortalidade até 30% nos doentes não tratados. Há redução desta taxa para 2,5-10% com tratamento adequado. O TEP agudo é uma das principais causas de emergência cardiovascular e, em cerca de 25% dos casos, a manifestação clínica inicial é a morte súbita. Entre as doenças cardiovasculares é a 3ª causa de morte, só ultrapassada pelo enfarte agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral.

## FISIOPATOLOGIA

Geralmente o TEP é causado por um trombo (coagulação de sangue no interior de um vaso sanguíneo por agregação plaquetária) que se forma no sistema venoso profundo inferior, principalmente na região acima dos joelhos (70 a 90% dos casos), contudo também pode formar-se nas veias dos membros superiores ou ainda nas câmaras cardíacas direitas. Muito raramente o TEP é causado por bolhas de gás, gordura, líquido amniótico, entre outras possibilidades.

O trombo ao soltar-se do seu local de formação passa a chamar-se êmbolo e, mergulhado na corrente sanguínea, segue a direção habitual do fluxo sanguíneo venoso, parando apenas quando encontra resistência, nomeadamente um vaso de diâmetro inferior ao seu. Este "entupimento" pelo êmbolo ocorre na artéria pulmonar (se o êmbolo for volumoso) ou nos seus ramos (se o êmbolo for de menores dimensões). A interrupção da circulação sanguínea arterial na área pulmonar afetada leva a diminuição do funcionamento do pulmão, com consequente diminuição das trocas gasosas e, como tal, há uma redução da oxigenação do sangue. Também esta resistência na circulação pulmonar leva a uma sobrecarga no coração. Dependendo da extensão de pulmão afetado, bem como dos antecedentes pessoais do doente e o seu estado de saúde naquele momento, o TEP pode não ter manifestações clínicas, ou pode levar a morte súbita. A maior parte das embolias é pequena e não é percebida.

## FATORES DE RISCO

É frequente os doentes com TEP apresentarem fatores de risco para tromboembolismo venoso. Os fatores de risco podem dividir-se em primários ou secundários. Os primários são raros e devem-se a distúrbios da coagulação (trombofilias). Os fatores de risco secundários incluem idade > 40 anos, tromboembolismo venoso prévio, imobilização prolongada (ex: doentes acamados ou com paralisia de membros inferiores, voos longos, cirurgias demoradas), presença de insuficiência cardíaca congestiva/doença pulmonar obstrutiva crónica/acidente vascular cerebral/neoplasia, uso de medicação com estrogénios (anticoncecionais ou terapia hormonal de substituição), gravidez e período pós-parto, fraturas ósseas (principalmente da bacia), cirurgia abdominal e pélvica, uso de cateteres centrais, acidentes de mergulho, obesidade, varizes dos membros inferiores, presença de hábitos tabágicos.

## MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS

São geralmente inespecíficas, o que dificulta e atrasa o diagnóstico. Estas dependem fundamentalmente da localização e do tamanho do êmbolo e do estado cardiorrespiratório prévio do doente. O TEP pode apresentar-se como uma dispneia (falta de ar) não explicada, dor torácica na inspiração, tosse, hemoptise (expulsão sanguinolenta através da tosse), cianose (coloração azul-arroxeada da pele, leitos ungueais ou mucosas devido a baixa saturação de oxigénio sanguíneo) e estase jugular (com dilatação das veias do pescoço). Sinais de trombose venosa profunda dos membros inferiores também podem estar presentes (edema, rubor, calor e dor). Casos graves de embolia pulmonar maciça, devido ao quadro de hipotensão arterial, taquicardia e choque, podem apresentar-se como síncope (perda de consciência), instabilidade hemodinâmica ou morte súbita.

## EXAMES COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO

A suspeição no exame clínico é essencial para que não se atrase o diagnóstico, principalmente se existem fatores de risco para TEP. Os exames complementares de rotina não têm poder de excluir o diagnóstico de TEP, contudo auxiliam no diagnóstico diferencial e na avaliação da gravidade do quadro clínico. Assim, a avaliação inicial inclui análises sanguíneas, gasimetria arterial, radiografia do tórax e eletrocardiograma. Um parâmetro que se deve pedir logo nas análises sanguíneas iniciais são os D-Dímeros (fragmentos de proteína resultantes da degradação da fibrina) que são positivos (> 500 ng/mL) em virtualmente todos os pacientes com TEP. Outros exames que podem ser solicitados para estudo dirigido são o ecodoppler venoso dos membros inferiores, ecocardiograma transesofágico, tomografia computorizada helicoidal pulmonar, ressonância magnética pulmonar, cintigrafia pulmonar e angiografia pulmonar.

## TRATAMENTO

O tratamento inicial do doente visa à estabilização do quadro clínico com suporte ventilatório e hemodinâmico. Na presença de TEP maciço o tratamento dirigido é a trombólise (em alternativa: embolectomia cirúrgica ou via cateter percutâneo) e, posteriormente, anticoagulação. Na presença de TEP não-maciço é indicada apenas a anticoagulação por um período superior a 3 meses (alternativa: filtro na veia cava). Caso o TEP não tenha origem num trombo pode haver necessidade de outro tipo de tratamentos (ex: realizar descompressão em câmara hiperbárica, no caso de embolia gasosa em acidentes de mergulho).

***Ana Cristina Pratas***
*CTEN MN*

*www.facebook.com/participanosaudeparatodos*

# DESPORTO

## FUTSAL – TORNEIO INTERNO

Decorreu, no período de 13 a 31 de janeiro, o torneio interno de Futsal da Base Naval de Lisboa (BNL), cuja organização esteve a cargo do Centro de Educação Física da Armada. Participaram 14 equipas de diversas Unidades, totalizando 159 atletas.

As equipas melhor classificadas foram:
1º Classificado: NRP *CORTE REAL*
2º Classificado: NRP *BARTOLOMEU DIAS*
3º Classificado: NRP *ÁLVARES CABRAL*

*NRP* Corte Real

*NRP* Bartolomeu Dias

*NRP* Álvares Cabral – A

## CORTA-MATO – CAMPEONATO DA MARINHA

No dia 6 de fevereiro, na mata da BNL, realizou-se o Campeonato da Marinha de Corta-mato. Esta competição teve a participação de 99 atletas, distribuídos pelos seguintes escalões:
I masculino – 27 atletas; II masculino – 28 atletas;
III masculino – 9 atletas; IV masculino – 13 atletas;
V masculino – 7 atletas; I feminino – 8 atletas;
II feminino – 7 atletas.

Os participantes neste campeonato eram oriundos da BNL (24), CF (11), ETNA (35), EN (22) e UAICM (7).

As classificações foram as seguintes:

| Class. Escalão | NII | Posto | Classe | Nome | Unidade | Tempo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **I Escalão masculino** | | | | | | |
| 1º | 9352404 | 1SAR | ETI | Bragadeste Mota | ENSUP | 0:31:53 |
| 2º | 26116 | CAD | M | Botas Lino | EN | 0:35:34 |
| 3º | 9308213 | 1MAR | U | Santos Alves | ETNA | 0:37:15 |
| **II Escalão masculino** | | | | | | |
| 1º | 9809800 | CAB | FZ | Loureiro Duarte | CF-BF2 | 0:33:32 |
| 2º | 9309404 | 1SAR | C | Freitas Jordão | DP | 0:34:23 |
| 3º | 9310200 | 1SAR | CM | Ribeiro Lomba | ETNA | 0:36:45 |
| **III Escalão masculino** | | | | | | |
| 1º | 227501 | 1SAR | R | Soares Oliveira | NRP *VGama* | 0:38:32 |
| 2º | 9315197 | 1SAR | TF | Araújo Amorim | EN | 0:38:41 |
| 3º | 611396 | 1SAR | U | Gomes Cristovão | DMS1 | 0:40:19 |
| **IV Escalão masculino** | | | | | | |
| 1º | 504294 | 1SAR | CM | Domingues Arieiro | EN | 0:34:46 |
| 2º | 359192 | 1SAR | CM | Teixeira de Sousa | ETNA | 0:36:25 |
| 3º | 6307193 | 1SAR | A | Balsinhas Castanho | DN | 0:40:10 |

| Class. Escalão | NII | Posto | Classe | Nome | Unidade | Tempo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **V Escalão masculino** | | | | | | |
| 1º | 403085 | SMOR | CM | Silva Santos | UAICM | 0:38:04 |
| 2º | 67379 | CMG | FZ | Teixeira Moreira | CF | 0:38:46 |
| 3º | 310488 | CAB | A | Ribeiro Marques | DGAM | 0:39:57 |
| **I Escalão feminino** | | | | | | |
| 1º | 21216 | CAD | M | Inês Raimundo | EN | 0:26:29 |
| 2º | 23319 | CAD | M | Angela de Castro | EN | 0:27:25 |
| 3º | 22418 | CAD | M | Maria Mendes | EN | 0:29:23 |
| **II Escalão feminino** | | | | | | |
| 1º | 9311397 | 1SAR | ETA | Vera Reis | DN | 0:26:20 |
| 2º | 9310602 | CAB | CM | Liliana Monteiro | EN | 0:29:28 |
| 3º | 9329506 | 1MAR | MS | Raquel Pinto | ETNA | 0:31:41 |

No que se refere aos troféus, masculino e feminino, ambos foram atribuídos à Escola Naval.

*Colaboração do* ***CEFA***

# QUARTO DE FOLGA

## JOGUEMOS O BRIDGE

**Problema nº 233**

| | NORTE (N) | |
|---|---|---|
| | ♠ R 6 5<br>♥ A R<br>♦ A 8 4 3<br>♣ R 5 3 2 | |
| OESTE (W)<br>♠ 4 2<br>♥ D 10 6<br>♦ R V 9 5<br>♣ V 10 9 8 | | ESTE (E)<br>♠ D V 10 8<br>♥ 9 3<br>♦ D 10 7 6<br>♣ 7 6 4 |
| | SUL (S)<br>♠ A 9 7 3<br>♥ V 8 7 5 4 2<br>♦ 2<br>♣ A D | |

**GRAU DE DIFICULDADE – MEDIO CARECENDO DE ATENÇÃO**

E-W vuln. S joga 6♥, recebendo a saída a V♣. Analise as 4 mãos e encontre a linha de jogo que permite cumprir este contrato.

### SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 233

Verificamos que existem 2 perdentes (D de trunfo+1♠), tendo que eliminar a de ♠, uma vez que a D♥ é inevitável. Vamos então ver como S conseguirá fazê-lo: pega de A e vai ao morto no A♦ jogando outro para corte; volta ao morto em trunfo e outro ♦ para cortar; D♣ e trunfo para o morto jogando R♣ para baldar uma ♠, seguida do último ♦ para corte; chegados a 4 cartas do fim a posição será esta:

S - ♠A97 ♥V, W - ♠42 ♥D ♣8, N - ♠R65 ♣5 e E sem interesse, estando a mão em S; joga A♠ e outra para o R do morto, reduzindo W à D de trunfo e ♣8, o que lhe vai permitir fazer a 12ª vaza com o corte do ♣ pelo V, e deixando a defesa impotente que ficou a ver jogar até à última vaza para conseguir fazer a D de trunfo em W.

***Nunes Marques***
*CALM AN*

## GO NAVY!

**Passatempo nº 15**

**MILITARY AND NAVAL TERMINOLOGY, EXPRESSIONS, ACRONYMS AND ABBREVIATIONS**

### Institutional Values - Navy Word Search

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| R | U | O | N | O | H | K | C | E | R | Y | A |
| W | C | K | I | G | W | L | A | R | U | T | I |
| F | E | R | E | C | A | S | T | O | L | I | N |
| Y | T | N | G | R | E | T | E | G | O | R | P |
| G | K | W | I | H | S | N | R | A | O | G | I |
| O | H | L | S | L | T | B | D | H | T | E | L |
| V | U | P | T | E | P | E | A | L | N | T | E |
| A | I | B | O | E | M | I | S | A | I | N | T |
| N | E | G | A | R | U | O | C | G | Y | I | N |
| I | U | O | N | I | K | A | N | S | T | Y | U |
| T | A | R | Q | T | A | H | S | H | I | I | F |
| Y | T | L | A | Y | O | L | A | O | G | D | C |

### SOLUÇÕES: PASSATEMPO Nº 14

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| A | B | Y | A | T | S | K | C | A | J | M | A |
| E | C | K | I | G | W | L | A | E | S | E | I |
| F | O | R | E | C | A | S | T | L | E | A | N |
| E | G | A | B | A | I | W | I | O | R | D | P |
| E | K | W | O | H | S | N | R | T | E | M | I |
| W | A | L | S | R | T | N | D | K | K | I | H |
| W | H | U | L | E | R | E | A | L | A | E | S |
| O | I | B | O | E | M | W | S | A | D | L | G |
| R | E | F | T | F | A | I | S | G | Y | T | A |
| E | D | S | A | C | O | Z | A | E | V | N | L |
| T | A | R | T | F | A | H | S | H | K | I | F |
| E | S | R | U | D | E | R | A | H | W | P | I |

1. Forecastle; 2. Waist; 3. Pintle; 4. Shaft; 5. Bulwark; 6. Wake

***Estela Magalhães Parreira***
*CTEN ST-ELING*

## SUDOKU

**Problema nº 65**

### FÁCIL

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 4 | | | | | | | |
| 3 | | | | | 1 | 8 | | |
| 8 | | | | | 9 | 7 | 3 | 1 |
| | 1 | 4 | | | | | | 9 |
| 6 | 8 | | | | | | | |
| | | | | 6 | 8 | | | 5 |
| 4 | 7 | | | 9 | | | | 6 |
| | 3 | | 5 | | | | 7 | |
| | | | | 2 | | | 4 | |

### DIFÍCIL

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 4 | | | | | | 1 | | |
| | | 8 | | 3 | 6 | | 7 | |
| 5 | | 2 | | 4 | | | 6 | |
| 9 | | | | 2 | 7 | | | |
| | 2 | | | | 4 | | 5 | |
| 8 | 7 | 3 | 5 | | | | | |
| | | | 6 | | 2 | | | 8 |
| | | | | 9 | | | | 6 |
| | | | | 1 | | | | |

### SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 65

**FÁCIL**

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 9 | 5 | 8 | 6 | 2 | 7 | 1 | 4 | 3 |
| 2 | 3 | 6 | 5 | 1 | 4 | 9 | 7 | 8 |
| 4 | 7 | 1 | 8 | 9 | 3 | 2 | 5 | 6 |
| 7 | 2 | 3 | 9 | 6 | 8 | 4 | 1 | 5 |
| 6 | 8 | 9 | 1 | 4 | 5 | 3 | 2 | 7 |
| 5 | 1 | 4 | 7 | 3 | 2 | 6 | 8 | 9 |
| 8 | 6 | 2 | 4 | 5 | 9 | 7 | 3 | 1 |
| 3 | 9 | 5 | 2 | 7 | 1 | 8 | 6 | 4 |
| 1 | 4 | 7 | 3 | 8 | 6 | 5 | 9 | 2 |

**DIFÍCIL**

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 5 | 9 | 7 | 6 | 4 | 1 | 3 | 2 | 8 |
| 2 | 6 | 3 | 5 | 9 | 8 | 7 | 1 | 4 |
| 4 | 7 | 1 | 8 | 2 | 4 | 1 | 9 | 5 |
| 7 | 2 | 3 | 9 | 6 | 5 | 4 | 8 | 1 |
| 8 | 6 | 9 | 1 | 4 | 7 | 5 | 3 | 2 |
| 6 | 8 | 4 | 7 | 9 | 2 | 1 | 5 | 3 |
| 3 | 5 | 9 | 6 | 7 | 2 | 4 | 1 | 8 |
| 9 | 4 | 5 | 1 | 2 | 7 | 8 | 6 | 3 |
| 1 | 3 | 2 | 4 | 5 | 9 | 7 | 8 | 6 |

# NOTÍCIAS PESSOAIS

## NOMEAÇÕES

• CMG M João Afonso Marques Coelho Gil, Capitão do Porto de Cascais, em acumulação com o cargo de Capitão do Porto de Lisboa • CTEN M Hugo Miguel Paciência da Silva, Comandante do NRP *Sines*.

## RESERVA

• SMOR MQ José Luís Freitas Marreiros • SCH ETS José Carlos Marques Nunes • SCH ETC António Manuel Mateus Mestre • SAJ M Antero Gomes Sanches • CMOR M Luís Fonseca Furtado.

## REFORMA

• CFR OT Henriques Cesário Bernardo Rodrigues • SCH E José do Amaral Pires • CAB FZ José Manuel Pereira Sampaio • CAB M Carlos Dinis Jaime Sobral.

## FALECIDOS

• 44864 CALM M REF Álvaro Rodrigues Gaspar • 20352 CMG M REF Francisco Manuel Pinto Coelho Dória Nóbrega • 46164 CFR M REF João Fernando Ferreira Martins • CFR EMQ REF Leandro da Silva de Matos • 384455 1TEN OTS REF Boaventura Rodrigues • 532458 1TEN OT REF Artur do Rocio Martins • 237448 SMOR A REF Linéu de Jesus Marta • 623355 SMOR TES REF Francisco Martins Amaral • 212969 SMOR H REF António Gonçalves Salvado Boavida • SMOR DFA FZ REF Franklim Bernardes Beja • 2270 SCH CE REF Mário Martins Rodrigues • 128544 SAJ E REF José Teixeira Monteiro • 123344 SAJ R REF João Pereira • 142645 SAJ A REF Manuel Joaquim Pires • 178747 SAJ A REF António Lourenço Caetano • 239950 SAJ CM REF António da Piedade Junior • 339353 SAJ M REF Joaquim Figueiredo • 294152 1SAR TF REF Fernando Correia Marques • 294854 1SAR H REF Manuel Vitorino • 445656 1SAR SE REF Victor Manuel Lafaia da Silva • 705061 1SAR H REF João Ricardo Peixeiro Maroto • 203348 CAB V REF Francisco Marques • 695061 CAB FZ REF Zacarias da Assunção Mesquita e Santos • 311553 CAB TFD REF Ernesto de Sousa • 103566 CAB FZ REF Sérgio da Conceição Fernandes Ribeiro • 33010459 AG 1CL QPPM APO António José da Silva Casanova • 34007956 AJ MAN QPMM APO Ambrósio Poeira Marques.

# *CALL FOR PAPERS*

## II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO ORIENTE

## MAGALHÃES E ELCANO E A EXPLORAÇÃO DAS "PACÍFICAS ÀS ÍNDICAS ÁGUAS"

Tendo o I Simpósio de História do Oriente abordado a temática *Os Portugueses e a Ásia Marítima: trocas científicas, técnicas e sócio-culturais (séculos XVI-XVIII)*, este II Simpósio sequenciará o debate que tem vindo a ser desenvolvido nesta Academia em torno de Fernão de Magalhães e o Conhecimento dos Oceanos.

Já reduzida a 3 navios, as naus *Victoria, Trinidad* e *Concepción*, a expedição sairia, a 28 de novembro de 1520, para o Oceano então batizado "Pacífico", iniciando-se a sua exploração, tarefa que, em grande parte, decorreria no ano seguinte. Contudo, a 27 de abril de 1521 Fernão de Magalhães perdeu a vida em Mactan e só a 8 de novembro as duas naus restantes, a *Trinidad,* sob o comando de Gonzalo Gómez Espinosa, e a *Victoria,* capitaneada por Juan Sebastián Elcano, chegariam finalmente a Tidore, atingindo as ambicionadas "ilhas do cravo". Exercitando-se a "arte de navegar", encontraram-se diferentes povos, narraram-se novas experiências e deu-se a conhecer um novo mundo de "novidades"...

Assim, neste II Simpósio de História do Oriente, percorrendo a complexa análise que pode ir desde uma dimensão biográfica à abordagem macro-historiográfica, evocam-se as figuras de Fernão de Magalhães e Juan Sebastián Elcano, propondo-se uma abordagem plural sobre a construção do conhecimento em torno das "Pacíficas às Índicas águas". Visa-se, deste modo, reflectir sobre uma época, a de 1519-1522, e as suas repercussões, e sobre uma História, a sempre desafiante História dos oceanos.

A Academia de Marinha promove, nos dias **17 e 18 de novembro** de 2020, a realização do II Simpósio de História do Oriente, dedicado ao tema "*Magalhães e Elcano e a Exploração das Pacíficas às Índicas águas*", convidando os académicos, estudantes e investigadores dos mais diferenciados ramos do saber a submeterem propostas de comunicações a um dos quatro grandes temas em debate:

– Dos Oceanos, da fauna e da flora
– Da náutica, cartografia e arte de navegar
– Dos agentes e da sua ação
– Do encontro de culturas

A inscrição para apresentação de comunicações com o título e o resumo respetivo (até 1700 carateres sem espaços), bem como um CV resumido (15 linhas), deverá ser efetuada até **15 de junho de 2020**.

A informação da Comissão Científica sobre a aceitação das comunicações propostas ocorrerá até **15 de julho de 2020**.

Inscrições gratuitas: secretariadosegsimpho@gmail.com
Para mais informações: academia.marinha@marinha.pt; academia.marinha.pt; Telef. 210 984 708/10

# CONCURSO DE FOTOGRAFIA

**Ilha da Culatra II – Algarve**
Foto CFR EMQ Barroso de Moura

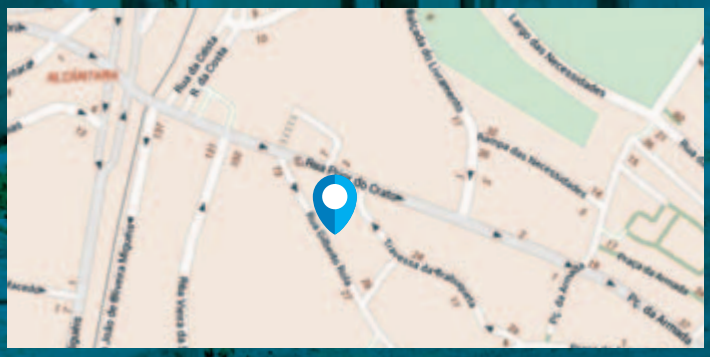
**Paralelo 38° Sul**
Foto NRP *Sagres*

# NAUS de PEDRA em LISBOA

Situada na:

**Rua Gilberto Rola, 52**

junto ao Miradouro
da Casa de Goa



Fotos SMOR L Almeida de Carvalho